

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
MESTRADO EM HISTÓRIA

CHIARA LABOISSIÈRE PAES BARRETO

**AS ORIGENS HISTÓRICAS DO CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL SEGUNDO AS CONFERÊNCIAS DA ONU PARA O MEIO
AMBIENTE**

GOIÂNIA
2017

CHIARA LABOISSIÈRE PAES BARRETO

**AS ORIGENS HISTÓRICAS DO CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL SEGUNDO AS CONFERÊNCIAS DA ONU PARA O MEIO
AMBIENTE**

Dissertação apresentada ao Mestrado em História
como parte dos requisitos para obtenção do título de
Mestre em História pela Pontifícia Universidade
Católica de Goiás – PUC Goiás

Orientador: Prof. Dr. Eduardo José Reinato

Área de Concentração: Cultura e Poder

Goiânia
2017

B273c Barreto, Chiara Laboissière Paes.
as origens históricas do conceito de desenvolvimento sustentável segundo as conferências da ONU para o meio ambiente [manuscrito] / Chiara Laboissière Paes Barreto – Goiânia, 2017.
78 f. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em História, 2017.

“Orientador: Dr. Eduardo José Reinato”.

Bibliografia.

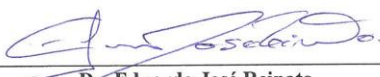
1. Nações Unidas. 2. Desenvolvimento sustentável. 3. Meio ambiente. I. Título.

CDU 502.131.1(043)

AS ORIGENS HISTÓRICAS DO CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
SEGUNDO AS CONFERÊNCIAS DA ONU PARA O MEIO AMBIENTE.

Dissertação aprovada em 02 de fevereiro de 2017, no curso de Mestrado em História da Pontifícia
Universidade Católica de Goiás para a obtenção do grau de Mestra em História.

BANCA EXAMINADORA



Dr. Eduardo José Reinato
PUC Goiás (Presidente)



Dra. Albertina Vicentini Assumpção
PUC Goiás



Dra. Teresinha Aparecida Mendes Marra
IFG

Dr. Eduardo Gusmão de Quadros
PUC Goiás (suplente)

Dr. Roberto Abdala Junior
UFG (suplente)

DEDICATÓRIA

À minha querida mãe, Marília Laboissière, e ao meu querido pai, Nelson Barreto, cujas trajetórias de vida tanto me orgulham.

AGRADECIMENTO

Pelo apoio, agradeço aos meus pais, aos meus irmãos, ao Guga, à Aline e ao Ministério do Meio Ambiente.

“As línguas servem para comunicar. Mas elas não apenas servem. Elas transcendem essa dimensão funcional. Às vezes, as línguas fazem-nos ser. Outras, elas fazem-nos deixar de ser”
(Mia Couto)

“Heidegger diz: ‘o pensamento que calcula corre de oportunidade em oportunidade’. Como está preso às perspectivas econômicas, é dirigido por estes mesmos ideais, e portanto, nunca para, nunca chega a meditar. Perde-se, nos meandros da sociedade de mercado, o sentido de tudo o que existe.”
(Bastistela, sd)

RESUMO

PAES BARRETO, Chiara. *As Origens Históricas do Conceito de Desenvolvimento Sustentável segundo as Conferências da ONU para o Meio Ambiente*. Trabalho de Conclusão (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-Goiás), Goiânia, 2017

Esta dissertação de Mestrado aborda a contribuição das Conferências da Organização das Nações Unidas (ONU) para o Meio Ambiente para a formação do conceito de desenvolvimento sustentável, com ênfase para a Conferência de Estocolmo e a Eco-92.

A análise do processo de formação histórica desse conceito baseia-se nos fundamentos teóricos da História dos Conceitos, cujo objeto estudo é a investigação de alterações no uso e no significado de conceitos que têm implicação política, cuja dinâmica retrata mudanças sociais ao longo do tempo histórico.

Em razão da emergência da crise ambiental no final do século XX, a questão ambiental passou ser paulatinamente objeto de negociações internacionais. É no âmbito dessas negociações, caracterizado pelo conflito, que surge o conceito de desenvolvimento sustentável, como uma vertente de seu conceito originário, o desenvolvimento.

A partir da Conferência Eco-92, o conceito de desenvolvimento sustentável adquiriu um viés econômico liberal, que pressupõe que os instrumentos econômicos em favor do livre mercado, juntamente com o progresso tecnológico, são mais os eficientes para a promoção da sustentabilidade ambiental. Essa abordagem tem sido identificada por cientistas sociais como “modernização ecológica”.

Palavras-chave: desenvolvimento sustentável, meio ambiente, conferências, ONU

ABSTRACT

PAES BARRETO, Chiara. *The Historical Origins of the Concept of Sustainable Development according to the United Nations Conferences for the Environment* (Master in History) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás (Puc-Goiás), Goiânia, 2017

This study analyses the contribution of the United Nations Conferences for the Environment to the construction of the concept of sustainable development, with an emphasis on the Stockholm and Rio Conferences.

The analysis of the historical formation of the sustainable development concept is based on the theoretical principles of the History of the Concepts, whose object of study is the investigation of changes on the usage and on the meaning of concepts that have political implications and whose dynamics demonstrate social changes.

Because of the rise of the environmental crisis in the end of the twentieth century, the environment became a subject of international negotiations. The concept of sustainable development arose within those negotiations, derived from its original concept, the development.

In the Rio Conference, the concept acquired a liberal economic approach, which conveys that economic tools that favor free market, along with technological progress, are more efficient at the promotion of the environmental sustainability. Social scientists have named this approach as ecological modernization.

Palavras-chave: sustainable development, environment, conferences, UN

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BID – Banco Mundial

CEPAL – Comissão Econômica para América Latina

CMMAD – Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento

CNUDS - Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável

CNUMAD – Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento

CNUMAH – Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano

CD – Conceito de Desenvolvimento

CDS – Conceito de Desenvolvimento Sustentável

ECOSOC – Conselho Econômico e Social das Nações Unidas

FMI – Fundo Monetário Internacional

GEF – Global Environmental Facility

MIT - Massachusetts Institute of Technology

NOEI – Nova Ordem Econômica Internacional

OCDE – Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico

ODA – Assistência Oficial para o Desenvolvimento

ONGs – Organizações Não Governamentais

ONU – Organização das Nações Unidas

PNB – Produto Nacional Bruto

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

PPP – Princípio do Poluidor Pagador

OPEP – Organização dos Países Exportadores de Petróleo

UICN – União Internacional para a Conservação da Natureza

UNCTAD – Conferências das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPITULO I. O Desenvolvimento como Corolário da Modernidade	19
1.1 As Origens Históricas do Conceito de Desenvolvimento.....	19
1.2 O Mundo Moderno.....	20
1.3 O Conceito de Desenvolvimento no Pós-Segunda Guerra Mundial	25
1.4 A ONU e o Conceito de Desenvolvimento.....	33
CAPÍTULO II. As Origens do Conceito de Desenvolvimento Sustentável.	38
2.1 O Conceito de Desenvolvimento Sustentável e a Crise Ambiental	38
2.2 O Surgimento da Crise Ambiental no Final do Século XX.....	38
2.3 Estocolmo e o Vínculo entre Desenvolvimento e Meio Ambiente.....	45
2.4 Relatório Brundtland: <i>Locus Classicus</i> do CDS.....	52
CAPÍTULO III. A Sustentabilidade e a Modernização Ecológica	58
3.1 O conceito de Desenvolvimento Sustentável e a Eco-92	58
3.2 A Institucionalização da Questão Ambiental Eco-92	58
3.3 O Liberalismo na Declaração do Rio e na Agenda 21	64
3.4 O Desenvolvimento Sustentável e a Modernização Ecológica.....	68
CONCLUSÃO	72
REFERÊNCIAS	74

INTRODUÇÃO

Um dos instrumentos para compreender a importância das ideias no processo de construção da realidade é o conteúdo semântico de conceitos que tenham implicação política. Tais conceitos revelam uma miríade de valores e princípios que reforçam a realidade social. Referem-se, essencialmente, ao estabelecimento de um consenso a respeito do sentido do mundo social. Para tanto, carregam consigo um poder invisível, simbólico, que somente é exercido com a cumplicidade daqueles que o exercem com aqueles que estão sujeitos a ele. Na era moderna, caracterizada pelo capitalismo como ordem socioeconômica determinante, vários conceitos foram forjados para reafirmar o sistema político, entre os quais, o conceito de desenvolvimento sustentável - CDS (Vizeu, Kanashiro, Seifert, 2012, p.539).

A ocorrência de um conjunto de desastres ambientais, a partir do final do século XX, levou ao que atualmente se denomina “crise ambiental”, que é identificada, sobretudo, por meio de mudanças no clima, destruição de florestas tropicais, diminuição da biodiversidade, exaustão dos solos e contaminação das águas. A preocupação com o impacto predatório das atividades do homem na natureza ganhou proeminência na década de 1960. A partir dessa época, em razão do agravamento e da generalização de problemas ambientais, decorrentes do avanço da produção capitalista global, a questão ambiental passou a ser, paulatinamente, objeto de negociações internacionais, principalmente no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU).

Sob os auspícios da ONU, vários fóruns de negociação foram implementados, entre os quais se destacam as conferências para o meio ambiente, ocorridas nos anos de 1972, 1992, 2002 e 2012, a saber: a) Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano - CNUMAH (Estocolmo, 1972), conhecida como Conferência de Estocolmo; b) Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - CNUMAD (Rio de Janeiro, 1994), denominada de Eco-92; c) Cúpula sobre o Desenvolvimento Sustentável – CDS (Johanesburgo, 2002), denominada de Rio+10; e d) Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável – CNUDS (Rio de Janeiro, 2012), identificada como Rio+20.

Com características singulares, essas conferências enquadram-se num cenário mais amplo de cooperação internacional, em que os Estados e representantes da sociedade civil, embora com interesses divergentes, buscam cooperar para solucionar problemas comuns. Os acordos resultantes dessas Conferências raramente acarretam obrigações de caráter coercitivo, cuja transgressão ocasione sanções. São essencialmente obrigações de caráter político, em torno de uma conduta moral e ética, enfatizada pela expectativa de cumprimento por todos. Nesse sentido, ainda que careçam de conteúdo normativo penal, essas negociações produzem e reverberam um conjunto de discursos, conceitos, valores, percepções e princípios, que se tornam importantes instrumentos de poder na realidade social.

É no contexto dessas negociações, tendo a crise ambiental como conjuntura, que se originou o CDS, cujo indiscutível prestígio e poder na ordem social contemporânea manifestam-se na rapidez e no alcance com que foi aceito e difundido ao longo da transição entre os séculos XX e XXI. Essa expressão tornou-se conhecida por meio da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento - CMMAD, criada pela Assembléia Geral da ONU, que, em 1987, lançou o relatório “Nosso Futuro Comum”, conhecido também como “Relatório Brundtland”. O termo foi cunhado segundo as seguintes palavras: “[...] o desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprirem suas próprias necessidades” (CMMAD, 1991, p.07).

Esta dissertação propõe analisar o processo da formação histórica do CDS, tendo por referência as conferências realizadas pela ONU para o meio ambiente e desenvolvimento. Entre a primeira conferência, a de Estocolmo, em 1972, e a última, a Rio+20, em 2012, há um percurso histórico de quarenta anos. Nesse curto espaço de tempo, a história registrou o surgimento, a evolução e a generalização desse conceito, cuja velocidade de processo é capaz de nos revelar, por si só, o quão abreviado e acelerado têm sido os tempos modernos. Nas palavras de Koselleck (2006, p. 115), “a história dos conceitos põe em evidência, portanto, a estratificação dos significados de um mesmo conceito em épocas diferentes [...]”. Uma vez cunhado, o conceito passa a apresentar uma diversidade de significados e temporalidades, à medida que transcorre o tempo histórico. É na análise desse processo que

reside o interesse histórico dos conceitos.

A fim de revisar o processo de formação histórica do CDS, esta dissertação se baseia nos fundamentos teóricos da História dos Conceitos (*Begriffsgeschichte*), que tem como um de seus principais pensadores o historiador alemão Reinhart Koselleck. Em termos gerais, a História dos Conceitos propõe estudar as transformações históricas de larga duração, a partir da investigação de alterações ocorridas no uso e no significado de conceitos que possuem implicação política, os quais são determinantes para a formação da realidade social. Tal abordagem insere-se no debate, iniciado no final do século XX, acerca da possibilidade de se fazer história do pensamento sociopolítico. Nasce na década de 1960, na Alemanha, com a elaboração pelos historiadores Otto Brunner e Werner Conze de três grandes dicionários de léxicos políticos (Palti, 2001, p. 09)

Segundo Koselleck (*apud* Pereira, 2004, pp.41-43), há um tempo que vai além do tempo natural, calculado pela física e pela astronomia: um tempo histórico. Trata-se de um tempo “humano”, singular e imanente, cuja configuração depende de experiências concretas do homem e, de como, a partir dessas experiências, ele, no presente, articula a dimensão do passado com a expectativa do futuro. Para o autor, a experiência humana é determinada, em sua essência, pela mortalidade do homem, estabelecida a partir do nascimento ante a expectativa da morte. Esse processo de maturação biológica, com começo e fim, entre “ser lançado” e “precurar a morte”, conforme o pensamento *heideggeriano*, é a estrutura ontológica do homem.

O tempo histórico é uma realidade plural e diversificada, como se “fragmentos” de tempos ocorressem simultaneamente e sobrepostos num mesmo espaço. Para Koselleck, o tempo histórico são “ontologias sociais do tempo”, que revelam as “tensões existências” relativas à finitude humana. Conseqüentemente, a História, seja no plano cognitivo, seja no plano real, também é determinada pela relação do homem com o tempo, cuja vida está conformada, em grande medida, pelo passado e pelo futuro (Koselleck *apud* Pereira, 2004, pp.41-43).

Seguindo a metodologia de Koselleck, o tempo histórico será abordado nesta dissertação em termos linguísticos, por meio da investigação empírica do conteúdo semântico do CDS, cujo processo de transformação é capaz de

evidenciar transformações estruturais da sociedade acerca do modo como se relaciona com a natureza. Para tanto, partimos do pressuposto de que o homem se relaciona com o mundo por meio da linguagem. Sem palavras, é impossível transmitir o fazer e o sofrer humanos. É, pois, também, por meio da linguagem que se articula a experiência histórica. Toda linguagem é historicamente condicionada, tal como toda história é linguisticamente condicionada, embora ambas devam permanecer em campos analíticos autônomos (Koselleck, 2006, pp. 649-650).

O que caracteriza um conceito é a capacidade de transcender o contexto em que foi inicialmente enunciado e projetar-se ao longo do tempo. O conceito suplanta o seu contexto embrionário e gera “sincronias semânticas”. Ele contém uma clara polissemia. Uma vez cunhado, pode ser usado de forma generalizadora. O conceito é sempre sincrônico, ou seja, relativo a uma situação específica com a qual se relaciona. Essa sincronia, entretanto, não é absoluta. Ela carrega forças diacrônicas em sua semântica que indicam as temporalidades diversas do conceito. Assim sendo, os conceitos não são propriamente históricos; mas a “recepção” que se faz deles, sim. “O registro de como os seus usos foram mantidos, alterados, ou transformados pode, propriamente, ser chamado de História dos Conceitos” (Koselleck, 2006, pp. 62-63). A História dos Conceitos, portanto, permite reconstruir o processo histórico, na medida em que articula as diversas experiências sociais que formam práticas discursivas que transcendem o tempo e servem como indicativo de mudanças estruturais.

Além de se fundamentar na História dos Conceitos, esta dissertação tem como referência metodológica as críticas de viés pós-moderno às teorias e práticas do desenvolvimento, estabelecidas a partir da Segunda Guerra Mundial. Tal corrente é conhecida como “teoria do pós-desenvolvimento”. Trata-se essencialmente de uma crítica cultural ao sistema econômico como “estrutura medular” da sociedade moderna. O objetivo, segundo um de seus mais proeminentes teóricos, o colombiano Arturo Escobar, é “desconstruir” o desenvolvimento, suas redes de conhecimento, seus sistemas de poder e suas formas de subjetividade (Radomsky, 2011, pp.151-152).

A radicalidade dessa corrente de pensamento leva ao questionamento da própria ideia de desenvolvimento e à proposição de uma “era pós-

desenvolvimento”. Pensar numa era pós-desenvolvimento acarretaria possivelmente o fim do desenvolvimento como regime de representação, “a ele opondo-se os movimentos de base e a reinterpretção da modernidade”, cujo processo deveria valorizar o “caráter híbrido revelado nas culturas onde sobrevive o tradicional em permanente tráfego com o moderno, como na experiência latino-americana” (Escobar *apud* Maluf, 2000, pp. 53-86).

Esta dissertação apóia-se ainda nos fundamentos teóricos do sociólogo francês Pierre Bourdieu para analisar o contexto em que o CDS surgiu. Trata-se de um contexto de negociações internacionais em torno de soluções para a “crise ambiental”, que pode ser entendido como um “campo social de poder”. Segundo Bourdieu (1989), “campo” é um espaço em que se estabelecem lutas pela imposição da definição de regras e conquista de trunfos necessários para dominar as disputas. Nessa disputa, os atores recorrem ao mercado de bens simbólicos, onde são negociados os capitais simbólicos, que se referem a toda forma de poder que se manifesta na vida social, podendo, portanto, ser de qualquer tipo (econômico, físico ou cultural), desde que percebidos e reconhecidos por agentes, lhes são atribuídos valor.

As disputas em torno dos bens simbólicos objetivam, essencialmente, o estabelecimento de um “regime único” acerca da verdade, ou seja, o estabelecimento de um consenso a respeito do sentido do mundo social, contribuindo para a reprodução de uma ordem social de poder. O sociólogo francês assim caracteriza o poder advindo dos bens simbólicos: “poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização [...]” (Bourdieu, 1989, p.14). Os atores inseridos nesse campo, gradativamente, incorporam determinadas “verdades”, provendo-lhes uma substância normativa, tornando-as numa espécie de *ethos* comportamental.

A presente pesquisa permite classificar como um “campo social de poder” as conferências para o meio ambiente e desenvolvimento, capitaneadas pela ONU, onde são negociados acordos que não possuem um valor coercitivo/penal, mas uma conotação moral e ética. Além disso, é possível identificar como capitais simbólicos os discursos, os valores, as percepções e os princípios produzidos por essas Conferências, que foram gerados a partir do dissenso de como lidar com a problemática ambiental e de onde surgiu o CDS,

cujo conteúdo semântico permanece objeto de disputa. Participam desse “campo social de poder”, além do Estado, atores de diferentes matizes, sejam aqueles vinculados à burocracia estatal, sejam aqueles que agem de modo mais autônomo, tais como empresas privadas, movimentos sociais, organizações não-governamentais - ONGs, comunidade acadêmica.

As conferências da ONU para o meio ambiente e desenvolvimento, na condição de “campo”, são um sistema hierarquizado e desigual de poder, determinado tanto pelas relações materiais, como pelas relações simbólicas. Um dos objetos de disputa desse campo é a significação da relação do homem com a natureza, o que, em última instância, significa poder sobre os recursos naturais. Em torno dessa relação formam-se concepções, simbolicamente construídas e socialmente condicionadas, que disputam entre si a supremacia. Nesse sentido, estabelece-se uma “luta pelas significações”, tal como se fosse um conflito social que “envolve diferentes representações sobre meio ambiente na disputa entre outros modos de uso e apropriação, material e simbólica, de territórios” (Viégaz, 2009, p.146). Essas significações, por meio de seus valores e crenças, mobilizam ação, formam identidades e ordenam a sociedade. Portanto, fazem história.

O enfoque multidisciplinar desta dissertação busca atender ao princípio de que o entendimento e o enfrentamento dos problemas ambientais exigem uma aproximação transdisciplinar que seja minimamente capaz de “captar” o seu caráter complexo. Esta dissertação recorre a diferentes teorias para abordar a complexidade do tema por meio do estabelecimento de questionamentos basilares quanto à formação do CDS. Segundo Palti (2006, p.10), a História dos Conceitos objetiva, sobretudo, responder algumas indagações, tais como: Até que ponto era comum o uso do termo? Seu sentido era objeto de disputa? Qual era o espectro social de seu uso? Em que contextos aparece?

A presente pesquisa busca responder, nos dois primeiros capítulos, duas indagações consideradas fundamentais para compreender o processo de formação do CDS. Nesse sentido, esta dissertação não objetiva determinar os “significados e temporalidades” do CDS no decorrer do tempo histórico, mas delinear, em linhas gerais, como (primeira indagação) e onde (segunda

indagação) surgiu o conceito. O terceiro capítulo busca indicar para onde ele se direciona.

O primeiro capítulo descreve a origem do CDS a partir de seu conceito fonte: o conceito de desenvolvimento – CD. Esse conceito é corolário de um longo processo de constituição do pensamento moderno, que nasce com o Renascimento e o Iluminismo. No século XX, o CD adquire um sentido de progresso social em direção a um futuro melhor e encontra na ONU o seu principal *locus* de difusão e operacionalização, para, ao final da década de 1970, perder a credibilidade como instrumento de emancipação social. É justamente de sua decadência que surge o CDS, que confere ao já combalido conceito uma nova roupagem.

Segundo Koselleck (s.d., p.136), “todo conceito articula-se a certo contexto sobre o qual também pode atuar, tornando-o compreensível”¹. O conteúdo semântico de um conceito somente é desvendado a partir de seu uso em sociedade, cujos sistemas sociopolíticos são bem mais complexos do que se faz supor seu entendimento “como comunidades linguísticas organizadas sob determinados conceitos-chave” (Koselleck, 2006, p. 98). O conceito, portanto, não é apenas efetivo como fenômeno linguístico; mas também como indicativo de algo que se posiciona para além da língua. Ele está relacionado àquilo que o historiador deseja conhecer: o seu contexto.

Tendo em vista a relação entre conceito e contexto, o segundo capítulo analisa como o CDS é formulado no âmbito institucional da ONU, a partir do dissenso entre os agentes sobre os meios mais adequados de solucionar a “crise ambiental” no final do século XX. Esse contexto é marcado pelo conflito, em que os interesses do desenvolvimento econômico opõem-se aos de proteção ao meio ambiente, para depois encontrar um consenso básico em torno do CDS. Para tanto, o capítulo destaca dois marcos históricos

¹ “O sentido de uma palavra pode ser determinada pelo seu uso. Um conceito, deve manter-se polissêmico (...) uma palavra se torna um conceito se a totalidade das circunstâncias político-sociais e empíricas, nas quais e para as quais essa palavra é usada, se agrega a ela (...) Os conceitos são, portanto, vocábulos nos quais se concentra uma multiplicidade de significados. O significado e o significante coincidem na mesma medida em que a multiplicidade da realidade e da experiência histórica se agrega à capacidade de plurissignificação de uma palavra, de forma que seu significado só possa ser conservado e compreendido por meio dessa mesma palavra. Uma palavra contém possibilidades de significado, um conceito reúne em si diferentes totalidades de sentido. Um conceito pode ser claro, mas deve ser polissêmico” (KOSELLECK, 2006, p. 109)

fundamentais: a Conferência de Estocolmo, realizada em 1972, quando se estabelece um vínculo conceitual entre desenvolvimento e meio ambiente, que até aquele momento, se encontravam em campos semânticos opostos; e o Relatório de Brundtland, no qual o CDS é formalmente cunhado e ganha notoriedade e adesão.

O terceiro capítulo discorre sobre a Conferência Rio-92, quando se firmam os termos em que as disputas em torno dos significados semânticos do CDS deveriam ocorrer. O que se observa, com a Conferência, é o aprofundamento de instrumentos baseados na crença do livre mercado. Essa abordagem, de viés econômico liberal parte do pressuposto de que a concorrência, o crescimento econômico e as escolhas do consumidor levam ao uso racional dos recursos naturais, ao progresso tecnológico e às mudanças de consumo, compatíveis com as exigências de proteção ambiental. Essa abordagem tem sido comumente identificada como “modernização ecológica”. A partir dessa constatação, foi possível estabelecer uma relação entre os conceitos de desenvolvimento e de desenvolvimento sustentável com o surgimento da sociedade moderna e de seu avanço em direção a uma “modernização ecológica” respectivamente.

CAPITULO I. O Conceito de Desenvolvimento como Corolário da Modernidade

1.1 As Origens Históricas do Conceito de Desenvolvimento

Este capítulo apresenta um arcabouço histórico que explica, em linhas gerais, o surgimento, o avanço e o declínio do CD, a partir do qual se origina o CDS. Para tanto, delimitará os principais traços de seu percurso, cujo marco temporal inicial é a Segunda Guerra Mundial, quando a emergente sociedade industrial confere ao conceito justificativa ética, a partir da qual ele se torna plausível e desejável. O marco final está entre o fim da década de 1970 e início da década de 1980, quando o conceito perde a credibilidade como instrumento de emancipação social. É desse enfraquecimento que surgem as novas vertentes do desenvolvimento, entre elas a do CDS.

O CD a ser descrito neste capítulo não deve ser compreendido como um conceito rígido, passível de ser comprovado por critérios científicos. Ele deve ser encarado, antes de tudo, como uma “metáfora” do pensamento moderno. Segundo Read (*apud* Nisbet, 1969, p.04, tradução nossa²), metáforas são “a síntese de complexas unidades em uma imagem dominante”. Expressam uma ideia complexa, sem que seja necessária a análise ou uma afirmação direta, bastando apenas “a percepção repentina de uma relação objetiva”. Tal como uma “metáfora”, o CD carrega consigo um significativo poder simbólico invisível, que se refere precipuamente ao estabelecimento de um entendimento acerca do mundo social.

Em razão da ampla variedade de sentidos do CD, trata-se de uma tarefa difícil definir as fronteiras entre o que é teoria, ideologia, utopia ou prática social, sobretudo a partir do fim da Segunda Guerra, quando o CD se torna crescentemente mais complexo em sua semântica e menos linear em sua aplicação prática. Entretanto, tendo em vista a necessidade de delimitar o escopo deste capítulo, consideramos necessário tecer breves delimitações

² “[metaphor] is the synthesis of several complex units into one commanding image; it is the expression of a complex idea, not by analysis, nor by direct statement, but by sudden perception of an objective relation.”

metodológicas acerca do “tempo” e do “lugar” em que se insere a análise do conceito neste capítulo.

Quanto ao “tempo”, embora as origens mais remotas possam ser encontradas na história antiga, entre os povos gregos e cristãos, o conceito de desenvolvimento aqui tratado é definido como um corolário do pensamento moderno, que surge no âmbito da sociedade industrial. Quanto ao “lugar”, ele será mais bem detalhado no âmbito do sistema da ONU, o *lócus* por excelência de seu florescimento e de onde, posteriormente, surge o CDS, a partir da aparente ineficácia de seu percussor como instrumento de emancipação social.

1.2 O Mundo Moderno

O mundo moderno, segundo Weber, é resultado de um processo de secularização do homem, cuja origem situa-se no Renascimento e no Iluminismo, em que o homem, desencantado com Deus, passa a ocupar o papel central na transformação de si mesmo e do mundo (Weber, 1982). Conforme Wallerstein (*apud* Machado, 2005, pp. 36-40), o mundo moderno sustenta-se em dois eixos distintos: o da modernidade técnica, que se refere ao progresso tecnológico infinito, e a modernidade da libertação, que se refere ao triunfo da liberdade humana. Em torno dessas duas ideias, a modernidade, nascida no Ocidente e ancorada na aliança entre a razão e a ciência, prometia não somente a libertação dos dogmas religiosos, como também a emancipação social do homem.

A modernidade corresponde factualmente a “instituições e modos de comportamento estabelecidos pela primeira vez na Europa depois do feudalismo, mas que no século XX se tornaram mundiais em seu impacto” (Giddens *apud* Fernandes, s.d., p. 17). Equivale ao mundo industrializado, com densa urbanização e tecnologia, cuja dimensão institucional mais preponderante é o capitalismo, definido como “sistema de produção de mercadorias que envolve tanto mercados competitivos de produtos quanto a mercantilização da força de trabalho” (Giddens *apud* Fernandes, s.d., p.18). A modernidade, também, produziu arranjos sociais variados, sendo o Estado-nação o de maior importância. Caracterizado por condições específicas de

territorialidade, capacidade de vigilância e monopólio sobre a violência, o Estado-nação tornou-se o responsável por manter o vínculo entre o sistema capitalista e as promessas emancipatórias da modernidade (Giddens *apud* Fernandes, s.d., pp. 17-18).

A sociedade industrial estabeleceu-se a partir da promessa burguesa de emancipação social por meio do avanço do sistema capitalista. Suas raízes assentam-se na Revolução Industrial e na Revolução Francesa, as quais, a partir de suas congêneres, suscitaram profundas mudanças no modo como as sociedades se organizavam. Sob o ponto de vista da economia, a industrialização tornou-se o principal eixo de atividade econômica, a tecnologia passou a ser o motor do progresso, e a produtividade assumiu a condição de principal critério de eficiência. Essas transformações, geradas pelo sistema capitalista, passaram a governar a vida em sociedade, conferindo-lhe novos valores e princípios. As cidades tornaram-se um espaço privilegiado de convivência, e a divisão técnica passou a ser o novo modelo de trabalho (Amaro, 2003, pp.05-07).

É no contexto de formação do pensamento moderno, no âmbito da sociedade industrial, entre os séculos XVII e XVIII, que encontramos dois dos principais arranjos teóricos que estruturaram e consolidaram o CD. O primeiro refere-se à ideia de progresso, e o segundo associa-se à concepção de evolução social (Nisbet, 1969, p.114). Embora já existisse entre as sociedades gregas e cristãs³, foi entre os séculos XVII e XVIII que a noção de progresso ganha aderência e assume a condição de característica inerente à vida humana, no sentido de que a sociedade marcha em direção a um futuro melhor. Burj (*apud* Bresser Pereira, s.d., p.01) assim caracteriza a ideia de progresso: “Essa ideia significa que a civilização se moveu, está se movendo e mover-se-á na direção desejável”.

A partir de transformações ocorridas na filosofia da ciência, com a consolidação do método cartesiano e do apelo à ciência “pura”, o conhecimento passa a ser entendido como algo cumulativo e progressivo. No século XVIII, a ideia de progresso associa-se à concepção de melhoria de vida,

³Nisbet (1985, p.16) afirma que a ideia de progresso “não é exclusivamente moderna, nascida do Iluminismo, mas remonta aos antigos gregos e romanos e, mais especificamente, a Santo Agostinho e a uma longa e contínua linhagem de seus seguidores através dos séculos”.

a partir de incrementos na tecnologia e nas ciências, e de mudanças nas estruturas de organização social. Como afirma Nisbet (1969, p.115, tradução nossa⁴), “os filósofos do século XVIII estabeleceram a ideia de progresso no contexto mais amplo de civilização do que de conhecimento somente, tal como no século XIX, a ideia passou a ser usada para sociedade e cultura”.

Segundo Furtado (1980, p.01), a ideia de progresso comporta três dimensões do pensamento ocidental. Além da que se filia o Iluminismo, conforme descrita acima, há uma segunda dimensão que se relaciona à acumulação de riqueza, “na qual está implícita a opção de um futuro que encerra uma promessa de melhor bem-estar”, e uma terceira dimensão, que se associa à concepção de que a expansão geográfica de influência ocidental significaria para as demais sociedades “o acesso a uma forma superior de civilização” (Furtado, 1980, p.03). Elas decorrem de uma visão otimista do processo histórico, que “leva a antever um futuro possível sob a forma de uma sociedade mais produtiva e menos alienante, na qual as contradições do presente são superadas [...]” (Furtado, 1980, p. 02).

A ideia de progresso está diretamente relacionada à noção de evolução social, que ganhou visibilidade e aceitação sobretudo após a publicação do livro **A Origem das Espécies**, em que Charles Darwin trata da evolução das espécies. Ressalte que embora o conceito de evolução seja neutro, sem designar qualquer valor, Darwin reconhece o caráter benéfico da evolução, ao fundamentar que a seleção natural funciona para o melhoramento das espécies. Nesse sentido, toda a natureza tenderia a avançar em direção à perfeição. A ideia de evolução na natureza passa, então, a ser comumente associada à de progresso social, culminando na noção de evolução social, como se houvesse um desígnio natural em direção ao progresso.

Segundo Nisbet (1969, p. 60, tradução nossa⁵), “a ideia do século dezoito sobre progresso e teoria da história natural é bastante próxima das perspectivas do século dezenove sobre evolução social”. Em ambos os

⁴ “the philosophers of the eighteenth century set the idea of progress more widely in the context of civilization rather than knowledge alone, just as in the nineteenth century the idea was cast in terms of society or culture.”

⁵ “It is a short step from the eighteenth-century idea of progress and theory of natural history to nineteenth-century perspectives of social evolution. In both centuries the words “progress”, “development”, “advancement” and “natural history” were very nearly interchangeable. This was as true indeed in the writing of the biological evolutionists – notably in Darwin’s the Origin of the Species – as in those of the social evolutionists.” (Nisbet, 1969, p. 60)

séculos, as palavras ‘progresso’, ‘desenvolvimento’, ‘avanço’ e ‘história natural’ eram quase que semelhantes. Para o autor, “isto é verdade tanto para os escritos dos biólogos evolucionistas, notadamente **A Origem das Espécies**, de Darwin, como para os dos evolucionistas sociais”.

A teoria da evolução social é baseada em algumas premissas, reveladoras do conteúdo semântico do CD que se consolida no contexto do pensamento moderno. Essas premissas baseiam-se na ideia de que a mudança é algo natural, ou seja, inerente ao tempo, para o qual nada é permanente. A mudança também é imanente à condição humana, isto é, deriva de forças internas (e não externas) da existência humana. A mudança não cessa nunca. É contínua e necessária. Ocorre em “progressão ascendente”. Essa progressão não é aleatória, mas tem uma direção na qual se identificam o começo, o meio e o fim. Portanto, além de contínua e necessária, a mudança também é direcional. Há ainda a premissa de que a mudança deriva de causas uniformes, no sentido de que elas não são semelhantes, mas advêm de causas comuns (Nisbet, 1969, p. 166-183). Essas premissas instruem a teoria da evolução social e parecem elucidativas para a compreensão do pensamento desenvolvimentista que veio a consolidar-se no século XX.

Os conceitos, para Koselleck (2006, p.135), abarcam duas categorias: “espaço de experiências” e “horizonte de expectativas”, que são antitéticas por natureza embora somente existam em conjunto. A primeira dimensão refere-se às tradições e às experiências transmitidas, enquanto a segunda diz respeito às projeções futuras. Tanto a experiência do passado é formada por uma visão de futuro quanto às projeções de futuro são baseadas em experiências do passado. Com o advento da era moderna, os conceitos perderam o caráter empírico na medida em que ganharam um aspecto de futuridade. A hipótese do autor baseia-se no entendimento de que, nos séculos XVIII e XIX, ocorre uma aceleração do tempo histórico. Tanto a concepção de tempo quanto o modo como o homem relaciona-se com história mudam.

Se, na Antiguidade, aquilo que se esperava do futuro era, em certa medida, resultado das experiências passadas, nos tempos modernos a experiência já não basta para elaborar “os horizontes de expectativa”, pois a crença no progresso, somada à percepção de celeridade do tempo, outorgou

ao homem moderno a noção de que “o futuro não poderia mais ser lido pelas lentes do passado, porque o que lhes aguardava à frente deveria ser inevitavelmente diferente e, sobretudo, melhor do que tudo que o antecedeu” (Gaio, 2009, p.04). Koselleck (2006, p.314) afirma que na era moderna a distância entre experiência e expectativa aumenta progressivamente e “só se pode conceber a modernidade como um tempo novo a partir de momento em que as expectativas passam a distanciar-se cada vez mais das experiências feitas até então.”

Em contrapartida à perda de força do passado como referência para a formulação do futuro, observa-se a consolidação do método comparativo de análise, por meio do qual pessoas e culturas passaram a receber um tratamento comparativo, tendo por referência o Ocidente (Nisbet, 1969, p.67). Termos como “civilizado”, “moderno” e “desenvolvido” começam a ganhar sentido concreto e a servir de base para a hierarquização das sociedades. O método não prestou apenas para comparar as sociedades, mas também para avaliar o estágio evolutivo do próprio Ocidente, a contrastar aquilo é considerado avançado com o que é tido como retrógrado. Com o método comparativo, a ideia de progresso passou a ordenar e a categorizar diferentes sociedades, conforme os estágios que se encontravam no sistema capitalista.

Assim sendo, encontram-se na evolução semântica dos conceitos de progresso e de evolução social as raízes da concepção, amplamente aceita e difundida pela racionalidade moderna, de que a história da humanidade se move obrigatoriamente em direção a um destino melhor. A sociedade progride, está progredindo e continuará a progredir. Essa visão de progressão compõe o sentido basilar do CD, que não somente sintetiza o passado como também e principalmente profetiza o futuro, calcado numa compreensão de que o tempo se desloca de maneira célere, unilinear e progressiva. O CD converge ao passado mais como antítese do que como “espaço de experiência”; ao mesmo tempo, tenta encurtar o “horizonte de expectativa” por meio da crença no potencial civilizador da modernidade técnica.

À ideia de progressão acrescentou-se a sensação, típica da Modernidade, de aceleração do tempo, que se fundem numa concepção de movimento contínuo e acelerado em direção a um futuro melhor, cujo alcance requer o rompimento com o passado. Com o método comparativo de análise, o

“futuro” a ser alcançado passou a ser representado pelas sociedades industriais, que encapsulavam as promessas da Modernidade. O conceito materializou-se na realidade social como ação política, por meio de mudanças nas estruturas socioeconômicas que levassem à transição de uma sociedade que se acreditava tradicional para uma que se enxergasse como moderna, comumente representada pelo padrão industrial e urbano do mundo ocidental.

O elo entre desenvolvimento e modernidade se evidenciou assim nas promessas de transformações que ambos os termos carregavam. O desenvolvimento é a concretização da modernidade, à qual a ideia de progresso dá um sentido positivo. Para Furtado (1980, p. 07), o CD se fundou “no processo de invenção cultural no qual o homem é o agente transformador do mundo, e por isso traduz as potencialidades humanas em um sentido positivo”. Para o autor, o CD pode ser entendido, quanto ao seu significado, como uma noção que trata de mudanças sociais, fundada na transição de uma sociedade tradicional para uma moderna, identificada como superior. Segundo Furtado, após a Grande Guerra, iniciou-se uma reflexão sobre o CD, envolvendo a tomada de consciência do atraso econômico em que vivia a grande maioria da humanidade.

1.3 O Conceito de Desenvolvimento no Pós-Segunda Guerra Mundial

Sob o ponto de vista etimológico, a palavra “*des + envolver*” significa retirar o que está oculto, conhecer algo que esteja envolvido (Houaiss, 2001, p. 989). A sociedade moderna transformou a palavra em conceito e passou a definir “desenvolver” como crescer, aumentar, incrementar, amadurecer, avançar, prosperar. A partir desse núcleo central de sentido, edificou-se um conjunto de ideias, teorias e proposições acerca do conceito. Nesse sentido, o CD é, também, uma manifestação da relação entre poder e conhecimento, cujo sentido é um exercício de poder, que reproduz certos discursos em detrimento de tantos outros.

Como estratégia discursiva capaz de gerar ações políticas que determinem a dinâmica das relações socioeconômicas, o CD encontra o seu ápice, em termos de efetivação, com a hegemonia dos Estados Unidos da

América - EUA, que se consolida no período posterior ao fim da Segunda Guerra Mundial. Embora os elementos que constituem o conceito, sobretudo a ideia de fluxo do ruim para o bom, já existissem antes mesmo da expansão do capitalismo industrial, a estratégia norte-americana do pós-guerra altera o modo como esses elementos interagem na prática discursiva, segundo uma lógica de acumulação capitalista e voltado para a modernidade tecnológica num contexto internacional de disputa com a União Soviética, conhecido como Guerra Fria (Esteva, 2000, pp.03-05).

No século XIX, com o avanço do capitalismo, as promessas emancipatórias da modernidade passaram a ter como referência a sociedade industrial liberal, que apostava na força da autorregulamentação do mercado bem como no efeito dinâmico do interesse individual como desencadeadores do bem comum. O princípio do mercado autorregulável foi convertido em fundamento da organização social, e a sociedade gradativamente passou a subordinar-se à lógica do mercado. A economia de mercado, sob o signo liberal, tornou-se o ideal civilizatório das nações, não somente em termos materiais, como também em termos espirituais. Hobsbawn (1975) assim descreve as consequências sociais da emergência do capitalismo como sistema econômico dominante:

O triunfo global do capitalismo é o tema mais importante da história nas décadas que se sucederam a 1848. Foi o triunfo de uma sociedade que acreditou que o crescimento econômico repousava na competição da livre iniciativa privada, no sucesso de comprar tudo no mercado mais barato (inclusive trabalho) e vender no mais caro. Uma economia assim baseada e, portanto, repousando naturalmente nas sólidas fundações de uma burguesia composta daqueles cuja energia, mérito e inteligência os elevaram a tal posição, deveria – assim se acreditava – não somente criar um mundo de plena distribuição material, mas também de crescente esclarecimento, razão e oportunidade humana, de avanço das ciências e das artes, em suma, um mundo de contínuo progresso material e moral. (Hobsbawn, 1975, p. 82)

As promessas emancipatórias, todavia, não se concretizaram. Em síntese, o que se verificou, ao longo dos séculos XIX e XX, foi uma imbricada relação entre as demandas do mercado e as reformulações em torno das promessas emancipatórias da modernidade. Os embates entre ambas as forças não só provocaram recorrentes crises no sistema capitalista, como também reordenamentos forjados em razão dessas mesmas crises (Machado, 2005, p.36-38). No século XIX, a partir da consolidação da sociedade liberal

sob a hegemonia da Inglaterra, produziu-se um período de paz na Europa. No entanto, entre os primeiros indícios de saturação dessa estrutura e a consolidação de novos mecanismos no processo de reprodução do capital, transcorreu mais de meio século de crises, as quais culminaram na Segunda Guerra Mundial. Terminada a Grande Guerra, após um longo período de ajustes profundos, a economia mundial capitalista iniciou sua mais espetacular expansão, conhecida como a “era do ouro”.

É durante esse período, mais especificamente no pós-Segunda Guerra Mundial, que se estabelece uma nova concepção de desenvolvimento, a partir da hegemonia dos EUA, que implicará em profundas mudanças nas relações sociais. A fim de consolidar sua hegemonia, o país lança uma estratégia política em escala global, cujo marco inicial foi a cerimônia de posse do presidente norte-americano Harry Truman, ocorrida em 20 de janeiro de 1949. Em seu discurso, ele declarou que se fazia necessário lançar um novo programa que fosse audacioso e que pusesse “as vantagens de nosso avanço científico e de nosso progresso industrial a serviço da melhoria e do crescimento das regiões subdesenvolvidas” (Truman *apud* Esteva, 2000, p.03). Gustavo Esteva⁶, ativista de origem mexicana que se filia a escola de pensamento pós-desenvolvimentista, afirma que aquele discurso era a primeira vez em que a palavra “subdesenvolvimento” era usada para definir uma região. De acordo com o autor, naquele dia, nascia a era do desenvolvimento (Esteva, 2000, p.03).

A partir do discurso de Truman, bilhões de pessoas deixaram de ser o que eram, em toda a sua diversidade, para tornarem-se uma minoria homogênea, identificada como subdesenvolvida. Desenvolver-se passou a significar, em sua essência, livrar-se da condição indigna de subdesenvolvimento. Com o discurso de Truman, a “metáfora” do desenvolvimento adquiriu uma poderosa força cultural: o modo de produção industrial tornar-se-ia o cume a ser alcançado na escala de evolução social, ao mesmo tempo em que se subtraiu a possibilidade de os “subdesenvolvidos” escolherem modos diversos de vida social (Esteva, 2000, p.03).

⁶ Gustavo Esteva pertence ao grupo de intelectuais que se filiam ao movimento intelectual pós-desenvolvimentista, que afirma a impossibilidade de que a concepção de desenvolvimento, criada com base no modelo de industrialização das sociedades ocidentais, possa ser aplicada nas sociedades do sul.

Para o autor, a palavra desenvolvimento passou a ocupar o centro de uma “poderosa constelação semântica”, cuja noção era tanto vazia quanto complexa, pois “nenhum outro conceito que influenciou tanto o pensamento da sociedade moderna foi também tão ineficaz quanto ao comportamento [desta]” (Esteva, 2000, p. 04). Desenvolvimento tornou-se uma palavra que significava tudo, que legitimava todas as ações, mas que carecia de um conceito operacional preciso. Tratava-se de um conceito criado pelo Ocidente, que mantinha e mantém uma relação hierárquica entre as nações e que constituiu a base de um discurso que legitimou o domínio dos países ocidentais sobre os demais.

A promessa do desenvolvimento seria, na verdade, uma proposta estranha aos fenômenos destas sociedades, que necessitavam ser reformuladas a partir de um discurso gerado em seu interior, conforme os saberes e as experiências locais. Nesse sentido, Gonçalves (apud Freitas, Nunes e Nélis, 2011, p. 45), assim conceitua o termo desenvolver: “[...] é tirar o envolvimento (a autonomia) que cada cultura e cada povo mantêm com seu espaço, com seu território.” O termo, assim sendo, subverte “o modo como cada povo mantêm suas próprias relações de homens (e mulheres) entre si e destas com a natureza [...]” (Gonçalves apud Freitas et al, 2011, p. 45). Para ele, desenvolver não significa apenas separar os homens da natureza, mas também separá-los entre si, “individualizando-os, o que envolve uma nova configuração societária, a capitalista e, portanto, mercantil” (apud Freitas et al, 2011, p. 45).

A estratégia de Truman insere-se no contexto histórico da Guerra Fria, em que o mundo se dividiu entre os Estados Unidos da América - EUA, líder do bloco capitalista ocidental, e a ex-União Soviética, líder do bloco socialista. A disputa entre as duas nações passou a conduzir as relações internacionais, em que a manutenção ou ampliação das respectivas áreas de influência constituíam o horizonte do embate, que se tornou ainda mais global com a descolonização da África e da Ásia. Com o processo de descolonização, as antigas colônias iniciaram o processo de formação de seus Estados-nação, que se apoiou no ideal de desenvolvimento, segundo o qual, a partir da intervenção estatal, seria possível constituir uma sociedade rica e moderna tal como o modelo ocidental.

Um dos elementos mais importantes do CD que emerge com a hegemonia americana é o conceito de pobreza. Segundo Rahnema (2000, p. 234), “durante muito tempo, em muitas culturas do mundo, pobre nem sempre significou o oposto de rico”. A partir do final da Segunda Guerra Mundial, a ideia de pobreza gradativamente perde o seu caráter complexo, segundo o qual há uma multiplicidade de meios de ser considerado pobre, para assumir uma natureza conceitual única, monetizada, segundo a qual pobreza é a ausência daquilo que o rico possui ter em termos de dinheiro e possessão:

“Pelo outro lado, essa nova construção deixou de abranger a ideia de que a pobreza é uma condição de privação humana multifacetada. Passou a considerar a pobreza como um fenômeno patológico único, de caráter universal, mas particularmente mais agudo em países em sociedades pré-econômicas, seguido de um consenso entre as elites mundiais acerca do diagnóstico da doença (subdesenvolvimento e falta de renda), bem como a respeito da cura (desenvolvimento econômico e tecnológico) [...]” (Rahnema, 2000, p.174, tradução nossa⁷)

Com a estruturação de uma sociedade de mercado, assentada na industrialização, “a pobreza passou a ser tomada paulatinamente como resultado de uma incapacidade individual de garantir para si, nas condições do mercado, a propriedade de riquezas” (Machado, 2005, p. 75). Essa percepção ganhou legitimidade pela ciência, que, segundo critérios estatísticos, passou a classificar pessoas, comunidades, regiões e países, tendo como referência o padrão de riqueza das nações mais prósperas economicamente. Em torno de referências universais, como a crença no desenvolvimento tecnológico e a satisfação de necessidades de cunho material, as respostas tradicionais à pobreza cederam espaço a uma única medida profilática: o desenvolvimento, cujo receituário consistia basicamente em crescimento econômico e industrialização.

Diante do sistema internacional bipolar, a pobreza tornou-se uma questão de segurança nacional para os principais países hegemônicos. Tanto os EUA quanto a ex-União Soviética tinham interesses econômicos nos países do Terceiro Mundo, fosse pelo lado de uma oferta segura de matéria prima,

⁷ “On another plane, the new construct no longer embraces the view that poverty is a multifaceted human predicament. It considers it as single pathological phenomenon of universal character, but particularly, acute in pre-economized societies. Following a consensus reached among the world elites of the diagnosis of the disease (underdevelopment and lack of income) as well as its cure (economic and technological development) [...]” (Rahnema, 2000, p.174)

fosse pelo lado de um mercado para seus produtos. Para Truman: “a vida econômica (dos pobres) é primitiva e estagnada [...]. A pobreza deles é um obstáculo e uma ameaça tanto para eles quanto para as áreas mais prósperas” (Truman *apud* Esteva, 2000, p.06, tradução nossa⁸). Assim sendo, além da questão econômica, havia também a questão ideológica. Segundo a estratégia norte-americana, sociedades pobres estavam mais propensas a se renderem à ideologia comunista.

Ao adquirir relevância global, em razão da configuração bipolar, o pauperismo é inserido na esfera conceitual do desenvolvimento. Pobreza e subdesenvolvimento tornam-se quase sinônimos, e a superação da pobreza passa a significar a superação do subdesenvolvimento. Nesse sentido, o imperativo moral de vencer a pobreza torna-se um dos principais desígnios da metáfora do desenvolvimento, em torno da qual emergem práticas discursivas, verdades científicas e políticas de intervenção. Trata-se da “questão social” do desenvolvimento, que, nos anos posteriores, irá se fundir à “questão ambiental” para formar o CDS.

O CD, como estratégia política do pós-guerra, assentou-se em três pilares fundamentais: crescimento econômico, planejamento estatal e industrialização. A princípio, o CD identificou-se, quase que na sua totalidade, com o conceito de crescimento econômico. Havia a concepção de que esforços deveriam ser empreendidos com o propósito de iniciar um processo de modernização capitalista das economias periféricas, tendo a industrialização como vetor principal. “Portanto, o moderno setor industrial foi idealizado como o motor do crescimento econômico e, conseqüentemente, deveria ser prioritário” (Knutsson, 2009, p.11).

A associação entre o CD e o conceito de crescimento econômico, na maioria das vezes tomados como sinônimos, levou ao entendimento, no âmbito das instituições internacionais e acadêmicas, que o crescimento econômico era condição necessária e suficiente para o desenvolvimento, do qual dependiam as melhorias de bem-estar da população, em termos de educação, saúde, habitação e cidadania. Nesse sentido, os indicadores de crescimento

⁸ “The economic life (of the poor) is primitive and stagnant [...]. Their poverty is a handicap and a threat both to them and to more prosperous areas”

econômico, em particular o nível de rendimento per capita, passou a ser usado para classificar os países como desenvolvidos.

Influenciada pelas ideias keynesianas, a concepção de desenvolvimento do pós-guerra pressupunha um Estado intervencionista forte. “Isto denota que a economia clássica ortodoxa tinha uma posição fraca no debate inicial sobre desenvolvimento” (Knutsson, 2009, p.11, tradução nossa⁹). Assim sendo, tendo o Estado como garantidor do desenvolvimento, acreditava-se, que, a partir de um impulso inicial, as nações pobres estariam supostamente capacitadas a manter-se numa rota ascendente não só de conquistas materiais como também sociais, cujo efeito positivo se estenderia a todas as camadas das sociedades, identificado como “trickle-down effect” (efeito derrame)¹⁰.

O CD assentou-se no ideal de industrialização, a partir do qual deveria ser implementado um processo de substituição das estruturas “arcaicas” do subdesenvolvimento, identificadas com o meio rural e as mentalidades a ele vinculadas, pela lógica moderna do desenvolvimento, representada pelo meio urbano, pelos setores industriais e pelo modo de vida a eles inerente. Segundo Amaro (2003, p.09), “o subdesenvolvimento era visto como um atraso no desenvolvimento, a tradição um obstáculo à modernização, o campo e os meios rurais um passo atrás na caminhada para as cidades e para o progresso”. Ainda segundo esse autor:

[...] este paradigma da modernização teve uma influência decisiva nas abordagens econômicas, sociológicas, políticas e psicológicas do desenvolvimento [...], tomando-se a perspectiva dominante, na visão que se tinha sobre os países subdesenvolvidos e sobre as estratégias que lhes eram aconselhadas” (Amaro, 2003, p.09).

Embora o CD tenha adquirido um novo conteúdo semântico a partir da estratégia norte-americana, a União Soviética e os países do Leste também compartilhavam do ideal de modernização por meio do desenvolvimento de uma sociedade industrial por meio de um Estado intervencionista. De acordo com Hettne (*apud* Knutsson, 2009, p.12, tradução nossa¹¹), “essa noção de modernidade era compartilhada tanto pelos países do Ocidente capitalista

⁹ “All these share a belief in planning and an interventionist state [...] This denotes that the orthodox neo-classical economics held a weak position in early development thinking”

¹⁰ O conceito de “trickle down effect” supõe que o crescimento econômico gera efeitos benéficos para todas as camadas sociais

¹¹ “This notion of modernity was shared by both Western capitalist and Eastern socialist countries whereby both compose parts of the same mainstream development paradigm, albeit with different economic policies”

quanto pelos países do Leste socialista”. Tanto os países ocidentais quanto os países socialistas compartilhavam o mesmo paradigma do desenvolvimento, ainda que por meio de instrumentos econômicos distintos. Observa-se também que o CD não foi imposto unilateralmente pela hegemonia americana. Países pobres, ansiosos pelas promessas da Modernidade e em busca da equidade, aderiram ao conceito. Segundo Knutsson, “o pensamento desenvolvimentista centrado no estado moderno possuía forte apoio entre as elites nacionais na maioria dos países em desenvolvimento” (Knutsson, 2009, p11, tradução nossa¹²). O modelo de desenvolvimento, portanto, não foi implementado à força nos países periféricos.

A magnitude da tarefa para operacionalizar o CD levou ao estabelecimento de instituições, tanto em escala global quanto em escala local, no que se refere, sobretudo, à captação de recursos, ao planejamento de estratégias e à construção de infraestrutura. Bryant destaca que

[...] uma das principais características do desenvolvimento da economia capitalista global no século XX foi a criação de uma rede de organizações multilaterais, cujo principal objetivo tem sido promover o desenvolvimento econômico e social por meio de assistência técnica e financeira (Bryant, 1997, p. 76, tradução nossa¹³)

Ainda segundo esse autor, as instituições multilaterais focaram boa parte de seus esforços no terceiro mundo, cujo impacto nessas regiões teria sido significativo (Bryant, 1997, p. 76). Paralelamente à criação desses organismos, surge a “economia do desenvolvimento”, como uma área específica de conhecimento, capitaneada pelas ciências econômicas, cujos trabalhos teóricos direcionaram-se a conceber políticas adequadas para o alcance do desenvolvimento. Essa área do conhecimento fundamentava seus trabalhos na concepção de que desenvolvimento era igual a crescimento econômico e que altos investimentos eram necessários¹⁴.

¹²“This state-centered modern development thinking has a strong support among the national elite in most development countries. Thus the modernization model was never force upon the Third World countries”

¹³ “A key feature in the development of the global capitalist economy in the twentieth century has been the creation of a network of multilateral institutions whose primary aim has been to promote social and economic development through the provision of technical and financial assistance”

¹⁴ Knutsson (209, p.11) descreve o surgimento dessa corrente econômica: “[...] development economics emerged as a separate branch of economics concerned with the specific problems of the so-called backward areas. According to Gunnar Myrdal the emergence of the new discipline was due to decolonization, modernization hunger in the newly independent

Machado (2005, p. 82-84) aponta que a institucionalização e a profissionalização do CD possibilitaram que o modo como os problemas do desenvolvimento eram colocados e as soluções apresentadas para contornar tais problemas deixassem de ter um caráter essencialmente político e passasse a contar também com o campo aparentemente neutro e apolítico da ciência e de seus técnicos. A “economia do desenvolvimento” produziu não somente um conjunto diversificado e numeroso de profissionais e acadêmicos como também, por meio deles, engendrou um acervo considerável de termos, métodos, procedimentos para lidar especificamente com a problemática do desenvolvimento.

1.4 A ONU e o Conceito de Desenvolvimento

Um dos espaços mais determinantes para o florescimento do CD e de suas respectivas estratégias discursivas foi, e ainda é, a ONU. Não foi coincidência que o tratado que estabeleceu as Nações Unidas, a Carta da Nações Unidas, estipulou que o desenvolvimento econômico era essencial para a manutenção da paz e da segurança mundiais. Havia a convicção de que só poderia haver paz e segurança duradouras se houvesse bem-estar econômico e social para todos. As causas da violência poderiam ser minimizadas se as desigualdades diminuíssem e as necessidades básicas fossem supridas. Ao colocar o desenvolvimento econômico na condição de pilar de sustentação da paz e, por conseguinte, estipular o dever promovê-lo, a ONU estabeleceu-se como um espaço privilegiado para a difusão do CD.

A trajetória da ONU, seja no plano operacional seja no plano intelectual, está diretamente vinculada ao tema do desenvolvimento. A organização, ao estabelecer o princípio da soberania dos povos, contribuiu para o processo de descolonização dos países da África e da Ásia e para a legitimidade do Estado-nação como uma unidade política. Para tanto, a ONU recorreu a uma ampla gama de medidas socioeconômicas, compostas de normas, programas,

developing countries and Cold War tensions which made world poverty a security issue (Hettne, 1995, p.35) [...]. Basically all development economists in this period shared two fundamental notions: development equal economic growth and a large injection of investment is crucial in order to achieve it.”

projetos de assistência técnica, análise de dados, entre outras ferramentas, implementadas por seus órgãos burocráticos, que estavam imbuídos pelo ideal de desenvolvimento.

Em razão de sua abrangência e importância, a formulação do CD e de suas respectivas estratégias de atuação, no âmbito das Nações Unidas, não ocorreu sem que houvesse constante embate acerca de seus conteúdos. Embora seja formalmente uma estrutura política supranacional, cuja legitimidade fundamenta-se na defesa dos princípios universais da humanidade, o sistema ONU deve ser entendido mais como um complexo campo de disputas de poder e menos como um *lócus* de defesa de valores. Isto posto, podemos defini-lo como um espaço em que representantes dos mais diversos segmentos sociais, que não estão necessariamente alinhados à dicotomia países ricos/países pobres, procuram elaborar estratégias que potencializem seus ganhos e os levem ao domínio, tal como um campo social de poder.

A trajetória da ONU em relação do desenvolvimento pode ser analisada conforme as estratégias e os resultados dos programas implementados por suas instituições. Num primeiro momento, que começa nos anos 50, há uma total ênfase no crescimento econômico e culmina no estabelecimento do Produto Nacional Bruto (PNB) como o indicador de desenvolvimento. No ano de 1960, a ONU declarou a década de 60 como a “Década do Desenvolvimento”. De acordo com Hettne (*apud* knutsson, 2009, p.12), havia naquele momento um otimismo quanto à promessa do desenvolvimento, que se intensificou com o processo de descolonização, particularmente na África, do qual emergiram trinta e um novos Estados, durante aquela década. Os Estados deveriam intensificar os seus esforços para “acelerar o progresso em direção ao um crescimento econômico autosustentado” (Knutsson, 2009, p.12). A intenção era implementar políticas públicas que reduzissem a diferença entre os países ricos e pobres, tendo como meta econômica um crescimento anual mínimo de 5% para estes últimos. Para tanto, criou-se o PNB, que associava crescimento econômico à incorporação dos países pobres ao “clube” dos países desenvolvidos.

Embora alguns países tenham alcançado a meta, o crescimento não suscitou melhoras nas condições de vida, o que aumentou a percepção quanto

à importância das questões sociais para o processo de desenvolvimento. O fato de o crescimento econômico não ser o bastante para vencer a desigualdade e a pobreza foi confirmado por estudos que revelaram não ser possível estabelecer que o “crescimento econômico sempre beneficia os mais pobres ou que nenhum pobre perde com reformas pró-crescimento” (Bruno et al *apud* Maluf, 2000, pp.56-83)¹⁵. Segundo tais estudos, haveria outros fatores que determinavam a relação entre crescimento econômico e melhoria social, entre os quais o grau prévio de iniquidade existente nos países.

Já na própria década de 1960, ficara evidente que a associação entre crescimento econômico e incorporação ao “clube dos países desenvolvidos” não havia dado certo. Mero crescimento não significava verdadeiro desenvolvimento. Em consequência, segundo Knutsson (2009, p. 14), o CD vinculado à modernização industrial, que havia permanecido como ideologia dominante, passou a ser questionado, quando se tornou evidente que o foco reducionista em crescimento econômico havia naufragado. Após o emprego falido do PNB como índice de desenvolvimento e a constatação de que o crescimento não trazia automaticamente melhoras no padrão de vida, o fator social tornou-se uma variável do CD. A partir de então, o social e o econômico aglutinaram-se numa nova acepção do termo desenvolvimento.

Entre as visões antagônicas à do desenvolvimento, destaca-se a Teoria da Dependência, cuja origem encontra-se na Comissão Econômica para a América Latina e Caribe - CEPAL. Enquanto a teoria dominante entendia o desenvolvimento e o subdesenvolvimento como uma diferença interna dos países, a teoria da dependência entendia essa diferença como relacional. Para os teóricos do desenvolvimento, os países estavam em diferentes estágios do desenvolvimento. Os países periféricos deveriam trilhar o mesmo caminho percorrido pelos países centrais no desenvolvimento de uma economia capitalista. Para os teóricos da dependência, entretanto, não havia caminho a

¹⁵Segundo Maluf (200, p. 56), “o fato de o crescimento econômico não ser receita suficiente para enfrentar a desigualdade e a pobreza é amplamente confirmado por pesquisas que, pelo método das correlações estatísticas, revelam, de um lado, não ser possível estabelecer um claro impacto (positivo ou negativo) sistemático, no tempo, do crescimento econômico no grau de equidade (v. Bruno et al., 1996). De outro lado, tais correlações deixam evidente que há uma ligação inversa entre a distribuição inicial de ativos e de renda e a natureza e a amplitude do crescimento subsequente, isto é, quanto maior a desigualdade inicial, menores os ganhos para os pobres com o crescimento econômico; mostram, também, que a redução da pobreza absoluta depende da distribuição da renda manter-se ao menos constante”.

ser percorrido. O intercâmbio comercial desigual entre os países centrais e periféricos não permitia aos últimos que obtivessem os recursos necessários para o seu desenvolvimento, o que perpetuava a condição de atraso.

Ainda que o ideal de desenvolvimento já estivesse sendo claramente refutado, a década de 1970 foi batizada pela ONU como a “Segunda Década do Desenvolvimento”. Foram estabelecidas novas estratégias para o desenvolvimento, que passaram a contemplar não somente uma meta de crescimento econômico, mas também um conjunto de metas para o emprego, a educação, a saúde e a ajuda internacional. Estas estratégias tinham como elemento comum a necessidade de deslocar a ênfase em indicadores econômicos para as necessidades básicas do ser humano.

Na década de 1970, o *modus operandi* de expansão capitalista mundial havia mudado, não somente em termos políticos e econômicos, mas também na maneira como os diferentes segmentos posicionavam-se diante dessas mudanças. Em 1973, em meio a conflitos armados entre países árabes e Israel, no Oriente Médio, a Organização dos Países Exportadores de Petróleo – OPEP aumentou significativamente o preço do barril do petróleo, dando início a uma generalizada e interdependente crise econômica. Com o crescente reconhecimento dos limites das políticas e projetos de desenvolvimento na condição de instrumentos de emancipação econômica e social, ganhou vulto a identificação das dificuldades teóricas e práticas da promoção do desenvolvimento.

Na década de 1980, instalou uma crise econômica de grandes proporções, sobretudo para os países periféricos. Marcada pela recessão econômica, pelo endividamento, pela inflação e pela escalada dos problemas sociais, essa década ficou conhecida como a “década perdida”. Knutsson (2009, p. 25) observa que, naquela época, o debate do desenvolvimento estava estagnado. Havia o reconhecimento de que a metáfora do desenvolvimento havia fracassado em sua meta de acabar com a pobreza no mundo subdesenvolvido, que a diferença entre os países ricos e os pobres havia aumentado em vez de diminuir e que a globalização havia encurtado o campo de manobra do Estado como o principal agente do desenvolvimento.

Depois da Segunda Guerra, a vertiginosa expansão econômica parecia indicar que a sociedade capitalista havia dado os primeiros passos em direção

à verdadeira liberdade, em que as duas modernidades – a técnica e a da libertação – haviam se ajustado. Nos anos 80, no entanto, essa percepção desvanece. Restava claro que o projeto modernizador do Iluminismo, pelo qual se alcançaria a emancipação social, havia falhado. A razão não havia criado a “decantada emancipação”. A escola de pensamento pós-desenvolvimentista surge nessa época para afirmar que o ideal de desenvolvimento era uma grande narrativa baseada numa fé quase religiosa no progresso infinito, cujo objetivo era apenas emular o Ocidente e cujo fracasso era evidente.

Quando se imaginava que, confrontado pelas evidências, o CD havia se tornado um mote moribundo, eis que surge um novo elemento no contexto internacional para revigorá-lo, dando-lhe uma nova roupagem: a crise ambiental. No final do século XX, a degradação ambiental adquiriu um caráter sistêmico, que ameaçava inviabilizar a vida na biosfera. Nesse sentido, como será demonstrado no próximo capítulo, a “crise ambiental” acaba por revigorar os discursos em torno do CD, dando origem a um novo conceito: o de desenvolvimento sustentável.

CAPÍTULO II. As Origens do Conceito de Desenvolvimento Sustentável

2.1 O Conceito de Desenvolvimento Sustentável e a Crise Ambiental

O objetivo deste capítulo é analisar, com base em uma revisão bibliográfica sobre o tema, o surgimento da “crise ambiental” em cujo contexto ocorreu a emergência do CDS. Se o CD foi concebido para responder à “questão social” dos países pobres, o do CDS foi criado como saída para a “questão ambiental”. O capítulo está organizado de acordo com dois eventos que foram preponderantes para o surgimento do CDS. O primeiro é a Conferência de Estocolmo, estabeleceu o vínculo conceitual entre meio ambiente e desenvolvimento, e o segundo é o Relatório de Bruntland, que definiu a semântica do CDS, segundo a qual é possível alinhar proteção ambiental, desenvolvimento econômico e ganhos sociais.

2.2 O Surgimento da Crise Ambiental no Final do Século XX

A oposição entre o homem e a natureza é uma ideia marcante do pensamento moderno. A partir da revolução cartesiana, o conhecimento adquiriu um caráter pragmático, segundo o qual os saberes deveriam ser úteis à vida. Com isso, a natureza adquiriu um sentido “pragmático-utilitarista”, passando a ser percebida como um recurso para se alcançar um fim. O antropocentrismo, por sua vez, fez com que o homem fosse visto como o centro do mundo, aquele que, por meio do método científico, seria capaz de dominar a natureza, tornando-se dela “senhor” e “possuidor”. Com o antropocentrismo e o cartesianismo, a natureza foi “dessacralizada”, e a capacidade humana de dominá-la foi legitimada (Gonçalves, 2006, p. 33).

A partir do capitalismo, consolida-se a concepção da “ciência-manipulação”, que, com o apoio da modernização tecnológica, define “uma condição humana de estar sobre o mundo e com o mundo ao dispor da ação conhecedora e transformadora humana” (Gonçalves, 2006, p. 35, grifo nosso). A par dessa concepção de superioridade, a divisão técnica e social do sistema

econômico induziu o homem a ver o mundo de modo “fragmentado, dividido, dicotomizado”, tornando cada vez mais árduo o exercício de pensar a relação do homem com a natureza de uma maneira integrada e orgânica. Com isso, a noção de “uma natureza objetiva e exterior ao homem, que pressupõe um homem não natural e fora da natureza, cristaliza-se com a civilização industrial inaugurada pelo capitalismo” (Gonçalves, 2006, p.35).

Assim sendo, a ideia de meio ambiente típica do pensamento moderno entende a natureza como um recurso sujeito ao conhecimento e à intervenção humana, tendo por fundamento a concepção de que o homem a tem sob seu domínio. A partir do final do século XX, esse pensamento começa a sofrer rupturas com a emergência da crise ambiental, que sinalizava o possível esgotamento dos recursos naturais. Autores como Hobsbawm (2000) e Gonçalves (2006) assinalam que a preocupação com o meio ambiente se iniciou com a eclosão das bombas nucleares em Hiroshima e Nagasaki, ao final da Segunda Guerra Mundial¹⁶. A partir daquele evento, ficou patente a capacidade destrutiva do homem sobre si e sobre o globo terrestre.

A humanidade, enfim, havia alcançado a tecnologia necessária para o autoextermínio. Em decorrência, surgiram os primeiros questionamentos, de diferentes matizes, acerca do sistema econômico capitalista, alicerçados na percepção de que, em última instância, ele pode colocar em risco as condições de sustentação da vida no planeta. Para tanto contribuiu não somente o terror causado pela capacidade destrutiva das armas nucleares como também a poluição nuclear decorrente dos testes de bombas e a corrida armamentista entre EUA e ex-União Soviética, no período subsequente da Guerra Fria:

A explosão das bombas atômicas em território japonês elucidou para todos que não havia *limites* para as ambições de poder na sociedade humana, e ainda deixou patente tratar-se de uma ameaça real às *gerações futuras*, uma vez que tais armamentos nucleares destroem por completo o lugar de sua detonação, extinguindo a vida presente e comprometendo a sua descendência devido à radiação. É sintomático

¹⁶ A propensão predatória do homem sobre a natureza não se iniciou a partir da eclosão das bombas nucleares. A título de exemplo, há registros, na Idade Média, de problemas ambientais, decorrentes do corte de árvores na França e da poluição atmosférica em Londres, ambos no século XIII (Gimpel *apud* Oliveira, 2011, p.24). Já no século XIX, por exemplo, observou-se o debate teórico entre conservacionistas, capitaneados por Gifford Pinochot, e preservacionistas, liderados por John Muir, em torno da criação de Parques Nacionais nos EUA. Tratavam-se, contudo, de questões locais, que geraram reações igualmente pontuais. No século XX, no entanto, a questão ambiental deixa de ter um caráter local para adquirir abrangência global.

que termos como “*limites*” e “*gerações*” estejam, a partir de então, constantemente presentes no léxico da problemática ambiental. (Oliveira, 2011, p.12)

Paralelamente ao temor de uma catástrofe nuclear, emergiu um crescente interesse da comunidade científica pelos impactos do desenvolvimento industrial no meio ambiente. No ano de 1962, a bióloga norte-americana, Rachael Carson, lançou o livro **Primavera Silenciosa**¹⁷, que causou enorme repercussão na opinião pública dos EUA. Ela descrevia como pesticidas e inseticidas, particularmente o Dicloro-Difenil-Tricloroetano - DDT, usados universalmente em lavouras, plantações e jardins, contaminavam o meio ambiente, dizimavam animais e poderiam causar doenças em seres humanos.

A partir da obra inaugural de Rachael Carson, observou-se, ao longo das décadas de 1960 e 1970, uma significativa produção acadêmica sobre a questão ambiental. Entre as obras que tiveram grande repercussão, destacam-se o livro de Paul Ehrlich, **A Bomba da População**, e o artigo de Garrett Hardin, **A Tragédia dos Comuns**, ambos publicados em 1968. Ehrlich, tendo por fundamento uma combinação entre a teoria malthusiana e a teoria darwinista, alertava para o risco de ocorrer uma “explosão demográfica”, cujo resultado poderia ser desastroso para o mundo, já que o crescimento demográfico aumentava a pressão sobre a produção de alimentos e sobre o meio ambiente.

O artigo **Tragédia dos Comuns**, de Garrett Hardin, apresentava um raciocínio similar ao de Erlich. Por meio de uma metáfora, denominada “tragédia dos comuns”, Hardin afirmava que, em razão de os recursos naturais serem utilizados na condição de bens comuns, o indivíduo estaria inclinado a tirar o máximo proveito de tais recursos, movido pela ideia de que, caso ele não o fizesse, outro usuário o faria. “A ruína é o destino ao qual se lançam todos os homens, cada um perseguindo o seu melhor interesse em uma sociedade que acredita na liberdade das áreas comuns.” (Hardin, 1968, p. 244). Para Hardin,

¹⁷ Ainda naquele ano de 1962, com menor repercussão, L. Reid publica o livro “A Sociologia da Natureza”, em que problematiza a relação do homem com a natureza. O autor descreve o homem como ente que pertence à natureza, cuja estrutura é determinada por uma complexa rede de relações de interdependência entre os seres vivos e os elementos da natureza. De acordo com o autor, a luta pela sobrevivência faz parte dessa estrutura, seja pela competição, seja pela cooperação.

a liberdade em uma área comum traz ruína para todos. Portanto, havia a necessidade de privatizar os recursos naturais e implementar políticas de controle populacional nos países pobres.

Ambos os autores, de modo geral, apontaram o crescimento populacional dos países pobres como responsável pela degradação ambiental. Questões como as relações de poder entre os países, o alto nível de consumo dos países ricos, a poluição produzida por essas nações e os custos ambientais de produção industrial não foram consideradas. Segundo Machado (2005, p.146), tais lacunas fizeram com que ambas as publicações tivessem ampla aceitação no Ocidente, já que não questionavam o estilo de vida da sociedade ocidental.

Apesar de considerável repercussão, nenhuma dessas publicações citadas teve influência política tão relevante quanto o estudo **Limites para o Crescimento**, publicado sob os auspícios do Clube de Roma¹⁸, que congregava cientistas, acadêmicos, economistas, industriais e burocratas a fim de discutir questões de relevância internacional, como o meio ambiente. O livro, coordenado por Dennis H. Meadows, baseou-se em resultados de um modelo matemático desenvolvido pelo professor Jay Forrester, do Massachusetts Institute of Technology - MIT, que simulava a evolução da economia mundial, tendo por fundamento cinco variáveis: industrialização (crescente), população (crescente), má-nutrição (em expansão), recursos naturais não renováveis (em extinção) e meio ambiente (em deterioração).

De acordo com o modelo, se fossem mantidas as tendências dessas variáveis, em qualquer que fosse o cenário futuro, a situação encontrada seria de total colapso. “Os limites de crescimento neste planeta serão alcançados em algum momento nos próximos cem anos.” (Meadows et al, 1972, p. 21-23). Em face desses limites, o estudo apontava que o resultado mais provável seria o declínio súbito e incontrolável tanto na população quanto na capacidade industrial. Diante desse cenário, Meadows questionava aspectos relevantes da

¹⁸ “Os encontros do Clube de Roma foram concebidos, em 1968, pelo industrial italiano Aurélio Peccei, e patrocinados por grandes empresas como a FIAT e a Volkswagen. [...] O foro de discussão mostrou que a preocupação com o meio ambiente não se limitava a uma parcela “alternativa” das sociedades mais desenvolvidas, mas atingia, também, alguns *decision makers*, conscientes das implicações políticas e econômicas de uma mudança de paradigma.” (Corrêa do Lago, 2006, pp.24-25).

sociedade industrial moderna e conjecturava a necessidade de medidas rigorosas.

Segundo Corrêa do Lago (2006, p. 25-26), o estudo apresentava “uma perspectiva quase apocalíptica das consequências do ‘progresso’ nas bases em que se estava desenvolvendo”, como se a sociedade moderna estivesse caminhando em direção à “autodestruição”. As soluções propostas pelo estudo eram igualmente radicais. Colocavam em cheque diversos aspectos da sociedade industrial moderna e pressupunham ações drásticas em temas relacionados ao crescimento demográfico, preservação de recursos naturais e o subdesenvolvimento do Terceiro Mundo. De acordo com Nobre (2002, p.28), o estudo “popularizou, de maneira antes impensada, a questão ambiental”.

Mais importante ainda, a publicação de **Limites para o Crescimento**, de forma inédita, introduziu a “finitude” nas discussões sobre desenvolvimento econômico, ao caracterizar os recursos naturais, que estão sujeitos ao esgotamento, como variável fundamental do processo econômico. Como consequência, o livro não só fundamentou boa parte das discussões sobre meio ambiente na década de 1970 como também embasou a Conferência de Estocolmo.

Outra publicação que causou forte impacto foi livro **Blueprint for Survival**, publicado revista inglesa The Ecologist. O livro apresentou como solução para os problemas ambientais medidas extremas como a limitação da população mundial a 3,5 bilhões, a proibição da imigração e um forte controle do crescimento populacional, que deveria ficar a cargo de “national population services”. Essas sugestões foram apoiadas por um amplo grupo de cientistas ingleses. Nesse sentido, a exemplo desse livro, as publicações daquela época propunham mudanças tidas como demasiado radicais. Embora tivessem ampla divulgação pela imprensa, as medidas sugeridas por esses teóricos eram difíceis de serem aceitas e executadas tanto sob ponto de vista político quando sob o econômico (Corrêa do Lago, 2006, p. 28).

Além dos estudos alarmistas acerca da questão ambiental, a década de 1960 marca, também, a emergência, no plano político, do movimento ambientalista. O movimento nasce difuso, local e heterogêneo. Ele surge no âmbito da classe média dos países ricos, que passou a visualizar com maior clareza os danos causados pela industrialização, como poluição, tráfego e

barulho. Para Corrêa do Lago (2006, p.24), “a classe média [...], após vinte anos de crescimento ininterrupto, estava pronta a alterar suas prioridades para abraçar novas ideias e comportamentos” (Corrêa do Lago, 2006 p. 24).

O movimento floresce num contexto de generalizado questionamento da ordem social corrente, marcado pelos protestos contra a Guerra do Vietnã, pela contracultura *hippie*, pelas revoltas estudantis na França, pelo movimento dos negros por direitos civis nos EUA. Até a década de 1960, o questionamento da ordem vigente advinha sobretudo da classe operária. Segundo Machado (2005, p. 148), “ao lado do fortalecimento de uma consciência ambiental, foram colocadas outras questões em torno de aspectos não diretamente vinculados à satisfação material ou econômica”. Essas questões, carentes de politização, suscitaram, a título de exemplo, a emergência do movimento negro pelos direitos civis e o movimento feminista.

Os movimentos de contestação que surgem na década de 1960, diferentemente dos movimentos operários, não questionavam diretamente o modo de produção econômica, mas o modo de vida da sociedade moderna, materializado nas dificuldades cotidianas de jovens, mulheres, negros, homossexuais e minorias étnicas, que passaram a exigir mudanças. Nesse sentido, o movimento ambientalista, denominado por Gonçalves (2006) de “movimento ecológico”, propugnava outra relação da sociedade com a natureza, ou seja, outro modo de vida, outra cultura. Segundo o autor, dada a sua abrangência, não havia praticamente “setor do agir humano” onde ocorriam “lutas e reivindicações” que o movimento ecológico não fosse capaz de absorver. Tratava questões tão diversas como extinção de espécies, desmatamento, poluição, contaminação de alimentos, ameaça nuclear, entre outros (Gonçalves, 2006, p.12).

O que inicialmente eram modestas conquistas de determinados grupos ambientalistas com relação a problemas como a poluição, que, na maioria das vezes, tinham dimensão exclusivamente local tornou-se gradativamente ao longo do final do século XX, num tema de relevância internacional. A busca por encontrar os responsáveis pelos problemas ambientais tornou-se cada vez mais complexa, na medida em que se passou da dimensão local, “na qual são apontados os culpados de maneira razoavelmente objetiva”, para os níveis nacionais e regionais, até chegar, finalmente, “às questões globais que se

fundiam aos contextos já estabelecidos pelos confrontos Leste-Oeste e Norte-Sul.” (Corrêa do Lago, 2006, p. 28).

Isto posto, diante dos estudos alarmistas da comunidade científica, do surgimento do movimento ambiental e do crescente número de desastres ambientais¹⁹, instala-se definitivamente, na década de 1970, um debate de cunho internacional acerca do tema ambiental. Na medida em que ganhou crescente legitimidade internacional, o debate sobre o tema ambiental passou de ser discutido tanto pelo ponto de vista científico, tal como era inicialmente, quanto pela perspectiva política e econômica. Como consta no relatório da delegação brasileira em Estocolmo, o meio ambiente tratava de “[...] uma problemática essencialmente política, em que o que realmente importa saber é quem toma as decisões, a quem estas últimas devem beneficiar e a quem deve caber o ônus” (Corrêa do Lago, 2006, p.28).

O debate é marcado por diferentes tentativas de institucionalizar o problema, no sentido de estabelecer diretrizes para que a questão ambiental pudesse ser tratada pela via político-diplomática. É nesse sentido que assevera Nobre (2002, p.25), para quem “[...] a problemática ambiental, a partir da década de 1970, vem marcada por diferentes e sucessivas tentativas de institucionalização”, cujo objetivo principal era fazer com que a questão ambiental se tornasse um tema da agenda política internacional e fazer com que as preocupações ambientais passassem a ser consideradas no processo decisório das políticas públicas (Nobre, 2002, p. 25).

Esse debate referia-se fundamentalmente ao questionamento da relação entre desenvolvimento e meio ambiente. De um lado, havia a posição tradicional, representada principalmente pelos economistas de matriz clássica, para quem o problema simplesmente não existia. Do outro lado, havia os que afirmavam o caráter contraditório da relação entre desenvolvimento e meio ambiente. A corrente marxista, por sua vez, buscava “desvelar o caráter

¹⁹ Entre os desastres ambientais da época, podemos destacar o derramamento de petróleo de uma plataforma da empresa Union Oil, o qual poluiu considerável parte da costa da cidade de Santa Bárbara, na Califórnia (EUA); a contaminação química de pessoas que residiam no bairro “Love Canal”, em Niagra Falls (EUA), em razão de aterro de lixo tóxico da empresa química Hoke Chemical. Destaca-se, por último, a contaminação de centenas de pessoas por mercúrio na cidade de Minamata (Japão), em razão de resíduos de mercúrio jogados no rio pela empresa Chisso, o que contaminava os peixes, e, conseqüentemente, os moradores da região. Ambos os desastres ambientais causaram severas sequelas neurológicas nas populações locais, chegando até mesmo a resultar em morte.

ideológico da questão”, o que resultava “numa desqualificação do problema, e não no seu verdadeiro enfrentamento” (Nobre, 2002, p. 29).

Um dos marcos institucionais de maior relevância para o debate foi a Conferência de Estocolmo. Era a primeira vez em que os problemas relacionados ao meio ambiente eram discutidos num evento intragovernamental, com vistas a encontrar soluções. Segundo Moll (*apud* Nobre, 2002, p. 30), entre os anos de 1972 e 1987 ocorre um percurso “da escassez à sustentabilidade”. Nesse processo, a Conferência é responsável por estabelecer formalmente, no âmbito da ONU, uma relação conceitual entre meio ambiente e desenvolvimento.

2.3 Estocolmo e o Vínculo entre Desenvolvimento e Meio Ambiente

A Conferência de Estocolmo ocorreu a partir de uma iniciativa da Suécia no Conselho Econômico e Social da Assembléia Geral das Nações Unidas - ECOSOC. Preocupada com as chuvas ácidas que caíam em seu território, advindas de atividades industriais de países como a Alemanha e a Inglaterra, a Suécia solicitou ao ECOSOC a realização de uma conferência mundial sobre meio ambiente, ciente de que, em razão da complexidade do problema, eram necessárias soluções de caráter transnacional por meio de cooperação internacional. Em 1968, a Assembléia Geral das Nações Unidas endossou a proposta do ECOSOC, e a realização da Conferência foi aprovada pela Resolução 2398 de 3 de dezembro de 1968, a ocorrer em Estocolmo, Suécia, no ano de 1972.

Antes da Conferência, havia o entendimento entre os países subdesenvolvidos de que o problema ambiental concernia apenas aos países ricos. Embora não necessariamente o desmerecesse, a prioridade para essas nações era o desenvolvimento por meio da industrialização e do crescimento econômico. “O que estava na ordem do discurso para o Terceiro Mundo era o desenvolvimento e não o meio ambiente, e, menos ainda, as relações entre ambos” (Machado, 2005, p. 150). Na medida em que as discussões sobre a questão ambiental avançavam entre os países desenvolvidos, crescia o temor

entre os países subdesenvolvidos de que medidas de proteção ambiental pudessem atravancar o seu desenvolvimento.

A convocação da Conferência parece ter “acordado” os países pobres da aparente passividade com que tratavam a questão ambiental. Envolvidos sobremaneira com suas estratégias de modernização, os países subdesenvolvidos, entre os quais o Brasil, passaram a se mobilizar em torno do propósito de que medidas de proteção ambiental não implicassem em restrições ao desenvolvimento econômico de suas nações. A título de exemplo, destacamos o Encontro Ministerial do G-77, ocorrido em Lima, Peru, em novembro de 1971, em que os países membros externam sua preocupação quanto aos impactos das demandas ambientais sobre o desenvolvimento. Para os países ali reunidos, as políticas ambientais não poderiam afetar negativamente o fluxo de assistência financeira, bem como não poderiam estabelecer novas condições para o comércio internacional, tão pouco obstruir os esforços em direção ao desenvolvimento.²⁰

As possíveis consequências negativas do estabelecimento de condicionantes ambientais, seja no investimento, seja na comercialização, levaram os países subdesenvolvidos a estabelecer alianças no sentido de reafirmar a prioridade das políticas de desenvolvimento em detrimento da incorporação de interesses ambientais. Embora a Conferência tenha sido convocada em razão das demandas ambientalistas, essa movimentação de forças favoreceu os interesses dos “desenvolvimentistas”. Em decorrência, as demandas ambientais foram substituídas pelos problemas do subdesenvolvimento como eixo das discussões.

Ressalte-se que a mobilização dos países subdesenvolvidos se insere num contexto mais amplo de reivindicações feitas por essas nações no âmbito dos organismos internacionais, consubstanciadas naquilo que podemos resumidamente denominar de Nova Ordem Econômica Internacional –NOEI. Entre as reivindicações, destacam-se o aumento da assistência financeira

²⁰Segundo Bernstein (2001, p.37, tradução nossa), no encontro ministerial, quatro preocupações foram listadas: “as políticas ambientais não podem afetar negativamente o desenvolvimento, especialmente elas não podem afetar o fluxo ou os termos de assistência financeira, determinar novas condições para o comércio internacional ou obstruir qualquer esforço para desenvolvimento econômico sustentável dos países em desenvolvimento. Barreiras ambientais devem ser removidas e políticas ambientais nos países desenvolvidos devem facilitar o desenvolvimento nos países em desenvolvimento”

pelos países ricos, a estabilidade dos preços das *commodities*, o poder de voto nas organizações econômicas internacionais, o acesso aos mercados dos países ricos, a transferência de tecnologia, entre outras.

Neste contexto, a busca pelo desenvolvimento como uma necessidade imprescindível foi colocada no centro do debate da Conferência, o que acabou por instituir um campo de disputa, relativamente bem delineado, em que os interesses de cunho ambientalista opunham-se aos do de cunho desenvolvimentista. É justamente dessa oposição que se origina a conexão conceitual de desenvolvimento e meio ambiente:

“Estocolmo também marcou o começo do debate sobre a relação entre proteção ambiental e desenvolvimento econômico. Inicialmente os negociadores abordaram o problema de proteção global ao meio ambiente em termos puramente ambientais (haja vista o título do encontro). Entretanto, os países do sul começaram naquela época descobrir sua voz coletiva na política internacional (Najam, 2004) e introduziram diferentes aspectos ao incipiente debate para mais tarde encontrar total voz na Conferência do Rio, em 1992 de que objetivos ambientais devem estar equilibrados com os objetivos do desenvolvimento e que a proteção global ao meio ambiente não poder ser alcançada ao custo de inibir a habilidade de os países pobres alcançar os objetivos de desenvolvimento (O’Neill, 2009, p.28, tradução nossa²¹)

A realização da Conferência exigiu um longo e complexo processo preparatório. O Secretário-Geral da Conferência, o canadense Maurice Strong, instituiu uma comissão preparatória, composta por representantes de 27 países, de organismos da ONU e de ONGs. A comissão reuniu-se em quatro ocasiões diferentes entre março de 1970 e março de 1972. Durante a segunda reunião da comissão preparatória, em Genebra, em fevereiro de 1971, ficou evidente a complexidade e a amplitude das questões levantadas pelo debate ambiental, bem como as dificuldades de solucionar as divergências suscitadas ao longo das discussões (Corrêa do Lago, 2006, pp.33-34).

²¹“Stockholm also marked the beginning of a debate over the relationship between environmental protection and economic development. Initially, lead negotiators had approached the problem of global environmental protection in purely environmental terms (hence the title of the meeting). However, Southern countries - beginning at this point in time to discover their collective voice in international politics (Najam, 2004) - injected a different note into this incipient debate, later to find full voice at the 1992 Rio conference: that environmental goals needed to be balanced with development goals, and that global environmental protection could not be achieved at the expense of inhibiting the ability of poorer nations to meet development goals.” (O’Neill, 2009, p.28)

Diante de tais dificuldades, o Secretário-Geral da Conferência decidiu convocar um grupo de especialistas para determinar “um marco intelectual conceitual que pudesse funcionar como parâmetro geral para o direcionamento das discussões no interior das comissões” (Machado, 2005, p.158). Com isso, buscava-se determinar um “quadro geral de referência” que “pudesse oferecer diretrizes político-conceituais que servissem de base para as discussões e a proposição de ações” (Machado, 2005, p.158). Esse grupo de peritos reuniu-se na cidade de Founex, Suíça, em junho de 1971, e do debate resultou o intitulado **Report on Development and Environment** (Relatório sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente), comumente conhecido como Relatório Founex.

Segundo McCormick (*apud* Bernstein, 2001, p. 40), o Relatório de Founex foi responsável por estabelecer, ainda que de modo impreciso, uma relação conceitual entre meio ambiente e desenvolvimento, a qual seria cristalizada posteriormente nos documentos oficiais da Conferência de Estocolmo. O documento não só refutou que meio ambiente e desenvolvimento eram termos incompatíveis, como também, e principalmente, estabeleceu um consenso de que o primeiro não deveria ser um entrave ao segundo. Conforme Corrêa do Lago (2006, p. 38), o Relatório propôs princípios e ações que se tornaram “argumentos clássicos nas negociações de meio ambiente”, tal como a soberania das nações sobre os seus recursos naturais, a necessidade de financiamento internacional para o desenvolvimento das nações pobres e a utilização indevida de barreiras não-tarifárias ambientais pelos países mais ricos.

Entre as conclusões do Relatório, uma das mais importantes foi a diferenciação entre a natureza dos problemas ambientais dos países ricos e a dos países pobres. Enquanto a degradação do meio ambiente nos países ricos derivava principalmente do modelo desenvolvimento, os problemas ambientais dos países pobres decorriam do subdesenvolvimento e da pobreza. Enquanto os primeiros preocupavam-se com as “externalidades” negativas da industrialização, como a poluição, os segundos estavam interessados em debelar o desemprego, a pobreza, o próprio subdesenvolvimento. A pobreza e o crescimento populacional eram as duas grandes preocupações. As soluções desses problemas passaram a ser tratadas com uma questão pertinente à

organização e funcionamento dos mercados. A defesa do desenvolvimento econômico e tecnológico como meio de superação de grande parte dos problemas ambientais ganhou espaço e legitimidade.

Para Strong, o Relatório “produziu um documento seminal que articulou as relações essenciais entre meio ambiente e desenvolvimento, as quais proveram os fundamentos políticos e intelectuais para Estocolmo” (*apud* Corrêa do Lago, 2006, p.37). Isto posto, durante a XXVI Sessão da Assembléia Geral da ONU, foi aprovada a Resolução n. 2849 sobre desenvolvimento e meio ambiente, a qual, ao referendar os principais argumentos do Relatório, formalizou “o espírito de Founex” em um texto oficial que orientou os trabalhos de Estocolmo.

A Conferência ocorreu entre os dias 5 e 12 de junho de 1972 e reuniu representantes de 113 Estados, 19 agências internacionais e 400 ONGs. A Conferência, entretanto, não contou com a participação dos países do bloco soviético que a boicotaram em razão da exclusão da Alemanha Oriental. Ao encerrar-se a Conferência, foram aprovados a Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano, com 26 princípios, conhecida como Declaração de Estocolmo, e o Plano de Ação para o Meio Ambiente Humano, com 109 recomendações (Bernstein, 2001, p.32)²². O primeiro documento estabelece um conjunto de princípios para a proteção do meio ambiente, enquanto o segundo estabelece medidas para a implementação desses princípios. Ademais, para complementar, criou-se, também, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA, para executar o plano de ação da Conferência de Estocolmo.

Em seu preâmbulo, a Declaração de Estocolmo trata da relação do homem com a natureza. Enuncia que o homem é, ao mesmo tempo, obra e construtor da natureza, de quem depende para o sustento material. Alerta para os impactos danosos da atividade humana na natureza e conclama a

²²Considera-se que os principais resultados práticos da Conferência de Estocolmo foram a presença definitiva do tema ambiental na agenda internacional; a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA; o estímulo à criação de órgãos nacionais dedicados ao meio ambiente, o fortalecimento das organizações não-governamentais e o maior envolvimento da sociedade civil nas questões ambientais. Ademais, em razão de seu formato, Estocolmo acabou gerando uma série de outras importantes conferências nos anos seguintes, acerca de temas globais, como a de População, em Bucareste (1974); a de Mulheres, no México (1975); e a Habitat, em Vancouver (1976).

humanidade a fazer uma avaliação de sua experiência. A Declaração apresenta vinte e seis princípios. Eles referem-se a temas diversos, como poluição, crescimento populacional, assentamentos humanos, planejamento estatal sobre os recursos naturais, lixo tóxico, educação ambiental e armas nucleares.

No que se refere especificamente à relação entre meio ambiente e desenvolvimento, o princípio oitavo da Declaração atesta a “indispensabilidade” do desenvolvimento, enquanto o décimo primeiro alerta que o meio ambiente não pode ser um obstáculo e que as políticas ambientais devem “estar encaminhadas para aumentar o potencial de crescimento atual”. Com a declaração, o subdesenvolvimento tornou-se um problema ambiental. Para superá-lo, esforços devem ser feitos em direção ao um “desenvolvimento acelerado” por meio “de transferência de quantidades consideráveis de assistência financeira e tecnológica que completem os esforços internos” (ONU, 1972).

Um dos principais desfechos da Conferência é “amarração” entre os conceitos de meio ambiente e desenvolvimento, que passam a pertencer ao mesmo núcleo semântico. O entrelaçamento entre os dois conceitos criou o que podemos denominar de “questão ambiental”, ou seja, criou um campo de problematização em torno desse vínculo. Machado (2005, p. 153) aponta que, antes da Conferência, os elementos desse núcleo semântico estavam postos, mas a relação entre eles não havia sido estabelecida. “Desta maneira, eles mantinham significados aparentemente independentes”. A autora assim resume a formação desse núcleo semântico:

[...] a partir dos embates e disputas de saber/poder em torno de duas perspectivas distintas de percepção e construção da relação entre desenvolvimento e meio ambiente é que foi constituído o núcleo a partir o qual passou a ser considerada a “questão ambiental”. (Machado, 2005, p. 153)

A Conferência de Estocolmo, portanto, foi determinante para o processo de formação da “questão ambiental”. A partir de Estocolmo, seguiram-se mais três conferências sobre o meio ambiente e desenvolvimento, nos anos de 1992, 2002 e 2012, as quais compartilham o mesmo objeto discursivo que relaciona desenvolvimento e meio ambiente. Embora essas Conferências tenham ocorrido sob o argumento da cooperação, os valores acordados

ocorrem mediante intensa disputa. Conforme exemplificado pela própria dinâmica do processo preparatório de Estocolmo, no âmbito dessas Conferências, ocorrem disputas em torno de bens simbólicos. O domínio sobre esses bens simbólicos acaba por estabelecer um “regime único” acerca da verdade, ou seja, acaba por contribuir para a reprodução de uma determinada ordem social de poder. Assim sendo, entendemos que a Conferência de Estocolmo, tal como as demais que lhe seguem, pertence ao “campo social de poder” da questão ambiental, cujo objeto de disputa é o estabelecimento de “verdades”.

Segundo Fonseca (2007), na condição de um campo²³, a questão ambiental apresenta “critérios e regras específicas e um modo de agir, sentir e pensar típico”. O que está em disputa são representações sociais acerca do meio ambiente e como são estruturadas as relações entre o homem e a natureza, que passam a ser consideradas como sendo mais “verdadeiras” ou, no mínimo, mais “competentes”, fazendo com que alguns valores, conceitos e práticas “possam naturalizar-se e, concomitantemente, sejam vistos como ambientalmente corretos” (Gerhardt, Almeida *apud* Fonseca, 2007).

Tendo em vista o arranjo estabelecido pela Conferência, o meio ambiente assume uma posição de subserviência ao desenvolvimento, em que a problemática ambiental insere-se na composição semântica do CD. Os problemas ambientais devem ser discutidos e tratados conforme uma esfera conceitual mais ampla do desenvolvimento, a qual já contemplava, na década de 1970, a “questão social”, centralizada no ideal de combate à pobreza, conforme descrito no primeiro capítulo. É justamente da vagarosa junção semântica entre a “questão ambiental” e a “questão social” que surge o CDS, que pode ser eufemisticamente descrito como uma nova “camada” de sentido semântico do CD. Kosselleck denomina esse processo de “sincronias semânticas” dos conceitos políticos, que lhes confere novas significações, e

²³Fonseca (2007) descreve do seguinte modo o campo ambiental: “[...] o campo ambiental em construção é sempre perpassado e alimentado pelos demais campos sociais e funcionando como um amplo, dinâmico, fluído, instável e heterogêneo espaço de debate onde tendem a se concentrar as disputas sobre que discursos/ações deveriam ser instituídos como sendo os mais ‘verdadeiros’ ou, no mínimo, mais ‘competentes’, faz com que determinadas ideias, conceitos e práticas possam naturalizar-se e, concomitantemente, sejam vistas como ambientalmente corretas.”

com isso, poderes renovados. Nesse sentido, a amarração definitiva entre meio ambiente e desenvolvimento, ou seja, a adjetivação de “sustentável” ao CD, ocorrerá quinze anos mais tarde, com a publicação do Relatório de Brundtland, igualmente gestado no âmbito do sistema ONU.

2.4 Relatório Brundtland: *Locus Classicus* do CDS

Nos anos seguintes à Conferência de Estocolmo, a questão ambiental estava colocada do seguinte modo. Para os países subdesenvolvidos, ela foi formulada em termos de “carência” de desenvolvimento, que produz efeitos negativos sobre o meio ambiente, razão pela qual não poderia haver qualquer restrição a políticas desenvolvimentistas. Já para os países desenvolvidos, ela foi elaborada em termos de “abundância”, como resultado de uma tecnologia ainda não suficientemente aprimorada, razão pela qual era necessário encontrar maior eficiência na utilização dos recursos. Entre ambas as formulações, encontrava-se a ONU como foro adequado para a discussão da questão ambiental. Nesse contexto, o PNUMA passou a cuidar da execução do Plano de Ação, a fim de colaborar com o planejamento e a implementação de programas voltados para o equacionamento dos problemas ambientais.

Segundo Bernstein (2001, pp.50-51), os países desenvolvidos tinham como principal preocupação conciliar crescimento econômico com proteção ambiental. Para tanto, criaram mecanismos econômicos de correção, que deveriam internalizar os custos ambientais da produção industrial, sem, contudo, ocasionar distorções no livre mercado. Um desses mecanismos foi o princípio do poluidor pagador - PPP, segundo o qual quem contamina deve arcar com os custos da contaminação, levando em conta o interesse público e sem distorcer o comércio e os investimentos internacionais. De acordo com esse princípio, seria possível garantir a proteção ambiental sem distorção do mercado e com a manutenção do crescimento econômico.

Para os países subdesenvolvidos, permaneceu, de certa forma, a oposição entre meio ambiente e crescimento econômico. Sem receber suporte financeiro para o enfrentamento dos problemas ambientais, esses países continuaram a reivindicar mudanças na estrutura econômica mundial. Uma de

suas manifestações mais expressivas foi a Declaração de Cocoyoc, produzida a partir de um encontro multilateral no México, em 1974. A Declaração atestava que havia ocorrido pouquíssimo progresso no combate à fome, ao analfabetismo, às doenças e à degradação ambiental. A razão de tão pouco progresso estava na má distribuição de recursos e no superconsumo dos ricos.

Dessa iniquidade decorria a incapacidade da humanidade em satisfazer as necessidades básicas de cada indivíduo e em estabelecer limites para o uso dos recursos naturais. Segundo Cocoyoc, a solução não poderia ficar a cargo de mecanismos do mercado, pois ele faz com que os recursos estejam disponíveis para quem pode pagar e não para quem precisa deles, o que estimula demandas artificiais e ocasiona desperdícios no sistema produtivo. Como consequência, os ricos continuam mais ricos e os pobres, mais pobres (Bernstein, 2001, p.54).

Um dos marcos da discussão em torno da questão ambiental foi a publicação do livro **Estratégia Mundial para a Conservação**, em 1980, pela União Internacional para Conservação da Natureza - UICN. O objetivo desse livro era estimular governos e a iniciativa privada a gerenciarem adequadamente, sob o ponto de vista ambiental, os recursos vivos. Embora não se tenha certeza de quando e onde tenha sido primeiramente verbalizado, reconhece-se que é nessa publicação que o termo desenvolvimento sustentável aparece com certa visibilidade. Segundo Lélé (*apud* Nobre, 2002, p. 38), o livro restringiu-se aos recursos vivos, com foco na necessidade de manter a diversidade genética e os processos ecológicos. Não tratou de assuntos controversos, tais como a ordem política, sistema econômico, guerra, população, urbanização. Ao fazer isso, o livro ignorou os entraves do debate “desenvolvimento versus meio ambiente”, abrindo espaço para o surgimento do CDS, tal como foi sistematizado pelo Relatório de Brundtland.

Para Bernstein (2001, p. 56), nos anos que se seguiram à Conferência de Estocolmo, o PUNMA teve papel de liderança na elaboração de novos sentidos para o CD, que deveria englobar em suas considerações os problemas ambientais. Por ocasião do décimo aniversário da Conferência de Estocolmo, o PNUMA fez uma avaliação negativa dos avanços no enfrentamento dos problemas ambientais. Solicitada pelo PNUMA, por meio do ECOSOC, a Assembleia Geral da ONU determinou a criação da Comissão

Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMMA) para a elaboração de um documento que pudesse servir como referência para a adoção de medidas, tanto nacionais como internacionais, voltadas para a promoção de um desenvolvimento que, sob o ponto de vista ambiental, fosse adequado. Essa comissão, composta por 23 comissários de 22 países, que atuaram de forma independente, ficou conhecida como “Comissão Brundtland”, por ter sido presidida pela ex-Primeira Ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland. Segundo Corrêa do Lago (2006, p.64), ao longo de quatro anos, a Comissão encomendou dezenas de estudos, consultou milhares de pessoas de diferentes áreas do conhecimento e visitou inúmeros países. O resultado desses esforços foi a publicação, no ano de 1987, do Relatório **Nosso Futuro Comum** ou **Relatório Brundtland**.

O Relatório conta com cerca de 430 páginas e está estruturado em três partes principais. A primeira parte, intitulada “Preocupações Comuns”, identifica as causas e as consequências da degradação ambiental e apresenta possíveis estratégias para solução. A segunda parte, intitulada “Desafios Comuns”, debate diretrizes públicas para temas específicos, como crescimento populacional, segurança alimentar, conservação e proteção da biodiversidade, produção e consumo de energia. A terceira parte, intitulada “Esforços Comuns”, trata das relações internacionais, como gerenciamento de áreas comuns, mudanças institucionais para o aperfeiçoamento da cooperação internacional, entre outros. Em conjunto, as partes retratam uma visão complexa das causas dos problemas ambientais, em que associa questões econômicas, sociais, políticas e de tecnologia.

Ainda que discorresse sobre problemas ambientais diretamente relacionados aos países desenvolvidos, como a poluição, o Relatório centralizou sua análise na associação entre subdesenvolvimento e degradação ambiental. Para tanto, a pobreza foi trazida para o centro do debate. De acordo com Brundtland, a pobreza é, ao mesmo tempo, a principal causa e o principal efeito da degradação ambiental e, como tal, deve ser combatida:

“A pobreza é uma das principais causas e um dos principais efeitos dos problemas ambientais no mundo. Portanto, é inútil tentar abordar esses problemas sem uma perspectiva mais ampla, que englobe os fatores subjacentes à pobreza mundial e à desigualdade internacional” (CMMAD, p.1987, p.103).

Ainda segundo o Relatório, o meio mais adequado para vencer a pobreza é combater as iniquidades do sistema econômico. As relações econômicas desiguais entre as nações acentuam a pobreza e, conseqüentemente, agrava a degradação ambiental, o que, ao final, afeta a sustentabilidade geral do planeta. Portanto, o modelo de desenvolvimento econômico deve ser reformulado.

O Relatório não questionava a prioridade de se manter um sistema econômico capitalista. Na contramão da tese “limites para o crescimento”, o Relatório pontuava que o crescimento econômico era essencial para a proteção do meio ambiente e o bem-estar social. Porém, ele não era suficiente. Crescimento econômico sem distribuição de renda e sem equidade nas relações econômicas mundiais não acarretaria melhorias sociais. A ideia-força do Relatório era a necessidade de promover o desenvolvimento dos países subdesenvolvidos de um modo integral, já que a causa da degradação ambiental se encontra na relação entre pobreza, atraso tecnológico e crescimento da população. Para tanto, não basta copiar o modelo de desenvolvimento dos países ricos industrializados, já que esse modelo se mostrava insustentável no longo prazo, não somente pelos impactos que causava no planeta, como resíduos tóxicos e chuvas ácidas, mas também pela pressão que exercia sobre o aumento da pobreza nos países pobres. As mudanças propostas pelo Relatório referiam-se ao estabelecimento de relações mais equitativas entre as nações, sobretudo as econômicas, e à busca de tecnologias mais corretas.

Brundtland chamou atenção ainda para a necessidade de adotar uma postura ética em relação ao meio ambiente caracterizada pela “responsabilidade tanto entre as gerações quanto entre os membros contemporâneos da sociedade atual”. (Bruske *apud* Sobrinho, 2008, p. 89). É com esse sentido ético que o termo desenvolvimento sustentável foi cunhado como “o desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprirem suas próprias necessidades” (CMMAD, 1991, p. 7). A ideia de desenvolvimento sustentável contida no Relatório supunha ser possível produzir um alinhamento em torno da união entre meio ambiente, crescimento econômico e ganhos sociais.

Desde o surgimento do conceito, autores dos mais diversos matizes debruçaram-se sobre os seus possíveis sentidos e idiosincrasias semânticas. De modo geral, reconhece-se criticamente que o conceito é deliberadamente vago e inerentemente contraditório, razão pela qual é incapaz de determinar um conjunto válido de critérios e políticas públicas. Contudo, é de sua fraqueza que surge sua força, pois foi justamente a imprecisão de sua semântica que o levou a conquistar adeptos, em diferentes posições, tanto na esfera internacional como nacional (Nobre, 2002). Lélé (s.d., p. 607) assevera, entretanto, que a imprecisão semântica do conceito leva a percepções incompletas dos problemas e, conseqüentemente, a políticas públicas equivocadas:

“Nos últimos anos, desenvolvimento sustentável emergiu como o último lema do desenvolvimento. Um conjunto grande de organizações não-governamentais e governamentais abraçou esse novo paradigma do desenvolvimento. Uma revisão da literatura que surgiu em torno do conceito indica, entretanto, uma interpretação sem consistência. Mais importante ainda é que, enquanto a natureza abrangente do conceito lhe dá força política, sua atual formulação pelos principais correntes contém uma fraqueza significativa. Isso inclui uma percepção incompleta entre os problemas da pobreza e degradação ambiental, uma confusão acerca do papel do crescimento econômico, bem como dos conceitos de sustentabilidade e participação. Como essa fraqueza levou a inadequações e contradições na elaboração de políticas é demonstrada no contexto do comércio internacional, agricultura e florestas. Sugere-se que, para que o desenvolvimento sustentável tenha impacto relevante, os instrumentos políticos confusos devem dar lugar ao rigor e clareza intelectual” (Lélé, s.d., p. 607)

Embora impreciso ou porque impreciso, o CDS estabeleceu-se como um monte para tratar da questão ambiental e da questão social do desenvolvimento. Preparado pela Conferência de Estocolmo e confeccionado pelo Relatório Brundtland, o CDS conferiu uma nova “camada” de sentido ao CD. Esse processo de sobreposição de significações, associada à questão ambiental, ocorreu justamente na década de 1980, quando o CD parecia ter perdido a credibilidade como instrumento de emancipação social. A adjetivação “sustentável” reestruturou o poder do CD e, em certo ponto, reafirmou a crença na modernidade, sobretudo a tecnológica. É nesse sentido que postula Egon Becker (*apud Corrêa do Lago, 2006, p. 56*), para quem:

[...] a trajetória de “desenvolvimento sustentável” como expressão-chave para uma nova compreensão do mundo moderno resulta de sua função como vínculo entre dois diferentes discursos em crise – um, o do meio ambiente, e outro, o do desenvolvimento – e como promessa de um possível resgate dessas crises. (Corrêa do Lago, 2006, p.56)

Para Nobre (2002, p. 40), o primeiro objetivo do Relatório era levar a questão ambiental a figurar entre os principais tópicos da agenda internacional. O segundo era integrar considerações ambientais nas tomadas de decisão econômica em todos os seus níveis. O Relatório alcançou seu primeiro objetivo. Ao final da década de 80, as considerações ambientais já pertenciam à agenda política internacional, por meio de uma nova abordagem política, que buscava conciliar desenvolvimento econômico com preservação ambiental.

O amplo entusiasmo com que a comunidade internacional recebeu o CDS seria um indicativo de que, possivelmente, estava emergindo um novo sistema de crença relativo à questão ambiental, comumente denominado de modernização ecológica. Nesse contexto, a Conferência Eco-92, promovida pela ONU em 1992, desempenhará papel relevante, cujos desdobramentos serão analisados no capítulo seguinte.

CAPÍTULO III. A Sustentabilidade e a Modernização Ecológica

3.1 O Conceito de Desenvolvimento Sustentável e a Eco-92

A definição de desenvolvimento sustentável com uma responsabilidade geracional é vaga e imprecisa. Após o Relatório Brundtland, a “ocupação” desse vazio passou a ser bastante disputada, pois dar-lhe sentido significava, em última instância, ter poder sobre o acesso e do uso dos recursos naturais. Nesse contexto, a Conferência Eco-92 é um momento decisivo, pois determinou “os termos em que se deveriam ocorrer institucionalização” da temática ambiental (Nobre, 2002, p. 51). Esses termos dizem respeito essencialmente à supremacia do pensamento econômico liberal e à confiança no progresso tecnológico.

Este capítulo irá discorrer sobre os sentidos que o CDS adquiriu com a Conferência Eco-92. Para tanto, analisará tanto o contexto em que a Conferência ocorreu quanto o conteúdo semântico de seus acordos. A partir dessa análise, o capítulo compara o CDS com a modernização ecológica. Segundo teóricos das ciências sociais, a modernização ecológica é reação da sociedade moderna à crise ambiental, cuja eficiência é, ao final, colocada em dúvida no desfecho do capítulo.

3.2 A Institucionalização da Questão Ambiental pela Eco-92

Em junho de 1992, vinte anos após Estocolmo, a ONU organizou, na cidade do Rio de Janeiro, a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida como Eco-92. A Conferência foi convocada por meio da Resolução 44/228 de 22 de dezembro de 1989 da Assembleia Geral das Nações Unidas. Segundo a convocação, o objetivo da Conferência era estabelecer estratégias e medidas com o objetivo de “reverter os efeitos da degradação ambiental no contexto dos crescentes esforços [...] para a promoção do desenvolvimento sustentável e ambientalmente adequado” (ONU, 1989). De acordo com Oliveira (2011, p. 105), “com mais de 24 milhões de páginas de documentos prévios, [...], a Rio 92 deveria significar um ponto de

inflexão para uma nova visão mundial do desenvolvimento sustentável”. Essa concepção deveria, simultaneamente, atender ao desejo de melhoria social e conter a degradação ambiental.

Tal como Estocolmo, a Conferência contou novamente com o canadense Maurice Strong como Secretário Geral e foi precedida por um longo e árduo processo preparatório, entre março/1990 a abril/1992. Durante dois anos, foram realizados quatro encontros preparatórios: Nairobi (1990), Genebra (1991 e 1992) e Nova Iorque (1992). O trabalho de preparação para a Conferência não tratou de discussões sobre a necessidade de conciliar as políticas de desenvolvimento com as de proteção ambiental. Esse impasse já havia sido superado por Estocolmo. A Rio-92 foi convocada para viabilizar essa relação. Para tanto, segundo Machado (2005, p.276), a Conferência estabeleceu como prioridade proteger as políticas de desenvolvimento em face da possibilidade de que fossem impostos condicionantes ambientais que pudessem restringir a manutenção dessas políticas.

Segundo Viola (2012, p. 476), “construída sobre um acúmulo de duas décadas, a Rio-92 foi o ponto mais alto de gestão cooperativa dos recursos ambientais comuns”. Isto porque a Conferência “não apenas porque gerou cinco instrumentos normativos relevantes, [...] mas porque foi rodeada por um clima de otimismo [...]”. Nesse sentido, os números da Conferência são expressivos. Compareceram ao encontro 108 Chefes de Estado ou de Governo e representantes diplomáticos de 172 países. O evento contou ainda com a participação de 10.000 jornalistas e representantes de 1.400 ONGs, enquanto o Fórum Global, evento paralelo à Conferência, reuniu 7.000 ONGs (Corrêa do Lago, 2006, p.52). São expressivos também os seus resultados formais. No encontro, produziu-se um significativo conjunto de acordos ambientais, que passaram a informar princípios e ferramentas institucionais para as disputas em torno da questão ambiental a partir do final do século XX. São eles: Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, Convenção sobre Diversidade Biológica, Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação, a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima, a Declaração de Princípios sobre Florestas e a Agenda 21.

Conforme descrito no capítulo anterior, o primeiro objetivo do Relatório Brundtland era elevar a questão ambiental à condição de tema relevante da

agenda internacional. O segundo era integrar as preocupações ambientais no planejamento e na tomada de decisão dos agentes econômicos em todos os seus níveis (Nobre, 2002, p. 40). O primeiro objetivo foi alcançado com o Relatório. A Conferência, por sua vez, estabeleceu os termos sob os quais o debate teórico e disputas políticas sobre os problemas ambientais deveriam ocorrer. Nesse sentido, para melhor compreensão do arranjo institucional promovido pela Rio 92, é necessário, antes, esclarecer o contexto internacional em que a cimeira ocorreu.

A década de 1990 é marcada pelo fim da Guerra Fria, cujo sistema bipolar havia determinado as relações internacionais desde o fim da Segunda Guerra Mundial. Com o ocaso do “socialismo real”, explicitado pelo fim da União Soviética, o mundo passou a vivenciar um período de distensão política, assinalado pelo deslocamento do eixo das relações internacionais Leste/Oeste para Norte/Sul e pelo aprofundamento da Globalização (Nobre, 2002, p. 54). A economia mundial, por sua vez, já havia passado por um conjunto de transformações que levaram ao desmantelamento do sistema Bretton Woods, com o fim do padrão ouro/dólar, à aceleração do processo de globalização e à emergência da ideologia neoliberal como princípio orientador de políticas públicas.

A Conferência ocorreu num período de expansão econômica de cunho liberal. Essa expansão dizia respeito não somente à produção industrial, mas também ao sistema financeiro, às relações de trabalho, às políticas estatais. A partir dessa reordenação, os Estados deveriam encontrar os meios adequados para participar de uma nova onda de crescimento. Com a transição de um paradigma econômico keynesiano para um liberal, os países, sobretudo os mais pobres, deveriam buscar integrar-se ao mercado global e alcançar o “equilíbrio macroeconômico”. Para isso, deveriam adotar medidas como desregulamentação, privatização, redução de gastos públicos e abertura comercial. Esse receituário econômico liberal ficou conhecido como “Consenso de Washington”.

Quanto ao debate em torno da questão ambiental, as considerações teóricas do sociólogo de origem alemã, Ulrich Beck, acerca da emergência de uma “sociedade global de risco” nos auxiliam na compreensão da atmosfera de preocupação com o meio ambiente, que emerge em meados do século XX.

Em termos genéricos, ele considera que transformações geradas pelo desenvolvimento industrial propiciaram o afloramento de uma nova tipologia social, a “sociedade global de risco”, caracterizada pelo medo e pela insegurança em relação ao futuro, em razão de três tipos de ameaças globais: crises ecológicas, crises financeiras mundiais e o terrorismo. Entre as ameaças, a mais abrangente e sistemática seria a da degradação ambiental (Guivant, 2001, pp. 95-112).

Diante dessa ameaça, o debate ambiental embora tivesse ganhado bastante complexidade nos anos seguintes à Estocolmo, ele ainda permanecia fundamentalmente dividido entre países centrais e países periféricos. De um lado, os países da periferia demandavam a erradicação da pobreza, segurança alimentar e crescimento econômico. Para esses países, se restrições ambientais teriam de ser adotadas, eles deveriam ter acesso a inovações tecnológicas e recursos financeiros, como medidas compensatórias. De outro lado, havia os países centrais, para os quais “sustentabilidade era quase exclusivamente interpretada como uma forma pós-moderna de gestão ambiental que diz respeito à necessidade de introduzir mudanças tecnológicas apropriadas para afastar a ameaça da mudança ambiental global” (Jordan *apud* Nobre, 2002, p. 62).

A despeito de um debate ambiental dividido, em razão da distensão política causada pelo fim da Guerra Fria, havia certo otimismo entre os organizadores da Conferência quanto ao fortalecimento da cooperação internacional e da diplomacia multilateral para tratar de assuntos de interesse global²⁴. Esse otimismo devia-se em parte também a avanços na agenda ambiental, tais como a Convenção sobre o Direito do Mar (1982), Convenção da Basileia sobre Resíduos Perigosos (1989), Convenção de Viena (1985) e o Protocolo de Montreal (1987). A Conferência representava uma oportunidade para ir além e estabelecer mudanças na ordem global (Bernstein, 2001, p.89).

²⁴ Andreas Rochkemmer (2005, p.07) descreve essa atmosfera do seguinte modo: “The publication and dissemination of the Brundtland Report coincided with the ongoing erosion process in the Eastern political hemisphere and the end of the Cold War. It thus benefited in its outlook from newly created historical momentum, in which states, all over sudden, were ready and eager to revive the principle of collective and yield the establishment of multilateral agreements under the aegis of the United Nations. It was time of an important series of world conferences, invoking new forms of international agreements, in which genuine collective goals were identified and supposed to be tackled”.

De acordo com Nobre (2002, p. 56) o objetivo proposto para a Conferência era “nada menos do que lançar as bases de uma nova ordem político-econômica mundial e de pôr a problemática ambiental no reto caminho”. Para tanto, a questão ecológica deveria ser colocada “nos termos do desenvolvimento desigual do Norte e do Sul, terreno que já havia sido preparado com cautela pelo Relatório Brundtland” (Nobre, 2002, p. 52). Haveria, portanto, a necessidade discutir as relações comerciais desiguais, o processo decisório dos organismos internacionais, o endividamento dos países pobres, a transferência de tecnologia e de recursos do Norte para o Sul. A Conferência, entretanto, não discutiu essas questões. A verdade é que o debate sobre a “relação entre desenvolvidos e não-desenvolvidos”, esboçada por Estocolmo e sinalizada por Brundtland, foi superado pelo “triunfo” do pensamento econômico liberal.

Uma breve comparação com o Relatório Brundtland ressalta essa prevalência. Conforme exposto no capítulo anterior, o Relatório advogava significativa mudança no modelo de desenvolvimento para torná-lo sustentável. Segundo Machado (2005, p. 252), entre o início dos trabalhos da CMMAD, em 1984, e a Conferência do Rio, em 1992, “a correlação de forças na esfera mundial, reordenada no bojo do avanço do processo de globalização e liberalização financeira [...], consolidou o predomínio das políticas neoliberais”. A Conferência reflete o predomínio liberal em oposição ao caráter reformador de Brundtland. Para a Rio-92, o desenvolvimento sustentável depende basicamente de uma alocação ótima dos fatores e dos recursos produtivos, na qual a liberalização comércio exerce papel fundamental.

Nas proposições da Agenda 21, a erradicação da pobreza e a superação do subdesenvolvimento são colocadas como diretamente decorrentes do crescimento econômico, que por sua vez está vinculado à execução de reformas que levem à maior competitividade no mercado internacional. Nesse sentido, é ilustrativo o posicionamento do Relatório de Brundtland e o da Agenda 21 com a relação às dívidas financeiras dos países periféricos. Enquanto o primeiro questionava a capacidade de esses países cumprirem obrigações extremamente onerosas, a segunda incentivava-os a cumpri-las a fim de propiciar um ambiente internacional “saudável”.

Segundo o que foi acordado na Eco-92, a questão ambiental deve ser tratada conforme uma estrutura de valores que não questiona o sistema econômico capitalista como causa primária da degradação ambiental. A Conferência não somente reafirmou esse sistema, como também propugnou que o crescimento econômico é fundamental para a preservação do meio ambiente, além de incentivar as nações a aderir ao livre comércio. A cimeira reflete, de certo modo, o engajamento de organismos internacionais como o Banco Mundial, OCDE, Fundo Monetário Internacional - FMI, UNCTAD e o próprio sistema ONU em relação diretrizes conceituais do Relatório Brundtland. Quando a Conferência ocorre no ano de 1992, “não somente a compatibilidade entre crescimento e proteção ambiental estava cimentada no discurso internacional, como também estava a percepção de que instrumentos econômicos e soluções baseadas no mercado eram mais capazes de alcançar essa síntese” (Bernstein, 2001, p. 73, tradução nossa²⁵). Ressalte-se, entretanto, que, diferentemente de Brundtland, a Conferência do Rio não propunha mudanças na relação entre os desenvolvidos e os em desenvolvimento.

A compreensão de que a Rio-92 sedimentou uma ordem ambiental a favor da economia liberal ou neoclássica fica mais clara quando se observa a fragmentação do debate ambiental ocorrida na Conferência. Segundo Jordan (*apud* Nobre, 2002, p.62), a Rio-92 fragmentou as discussões em duas direções. De um lado, as convenções sobre mudança do clima, desertificação e biodiversidade deram início à estruturação daquilo que a Teoria das Relações Internacionais denomina de “regimes internacionais”. Conforme definição de Platiau (2011, p.12), regimes são “instituições, criações sociais que reúnem diversos atores, públicos e privados, com expectativas pouco convergentes, interessados de encontrar uma solução a um problema específico”. Esses atores, portanto, procuram negociar soluções em encontros multilaterais. Os regimes tratam de temas específicos e contam com negociações próprias, embora os impactos sejam globais.

²⁵“Not only was the compatibility of growth and environmental protection cemented in international discourse, but economic instruments and market-based solutions were already perceived to be the mechanisms best able to achieve this synthesis.”

Do outro lado, encontram-se a Declaração do Rio e a Agenda 21. Esses documentos, desprovidos de caráter regulatório, são os que tratam diretamente do CDS, pois estabelecem um consenso acerca de valores e prioridades sobre meio ambiente e desenvolvimento²⁶. Enquanto o primeiro estabelece princípios para o desenvolvimento sustentável, o segundo estipula um plano de ação composto de quarenta capítulos para a sua promoção em âmbito nacional.

3.3 O Liberalismo na Declaração do Rio e na Agenda 21

A Declaração do Rio e a Agenda 21 articulam e justificam a tendência de uma governança ambiental em direção ao que o autor Steve Bernstein (2001) chama de “ambientalismo liberal”. Segundo o autor, por meio desses acordos, a ordem econômica liberal adquiriu pela primeira vez um caráter de orientação de políticas públicas para o enfrentamento dos problemas ambientais. De modo geral, esse complexo de valores e prioridades estabelecido em ambos os documentos respalda o livre mercado, a privatização dos bens comuns e o uso de instrumentos do mercado capitalista como meios preferenciais para a proteção ambiental. Segundo Bernstein:

[...] enquanto a Declaração do Rio redefine a Declaração de Estocolmo por meio de uma nova linguagem, ou seja, a do desenvolvimento sustentável; a Agenda 21 apresenta-se como um modelo de implementação do desenvolvimento sustentável. (Bernstein, 2001, p.74, tradução nossa²⁷)

Um dos meios mais adequados para entender o “triunfo” do liberalismo econômico é o conteúdo semântico da Declaração do Rio. Para Bernstein, “a leitura da Declaração como um todo deixa claro que as políticas para o desenvolvimento significam políticas orientadas para uma economia liberal e para o crescimento”. Conforme a Declaração, “as preocupações ambientais

²⁶ “Ambos os documentos sustentam que o desenvolvimento sustentável apresenta três dimensões: econômica, ambiental e social. A primeira dimensão pressupõe o aumento na eficiência da produção, por meio de uma contínua inovação tecnológica. A segunda supõe um modelo de produção e consumo que seja compatível com a base material em que se assenta a economia. A terceira dimensão, por sua vez, infere que todos têm direito ao “mínimo necessário para uma vida digna e que ninguém absorva bens, recursos naturais e energéticos que sejam prejudiciais a outros” (Nascimento, s.d., p. 55)

²⁷ “Thus the Rio Declaration recast the Stockholm Declaration in the new language of sustainable development, while Agenda 21 was intended to be the UN's blueprint for implementing sustainable development.”

não devem limitar a habilidade de os Estados de perseguir essas políticas, por exemplo, por meio da imposição de restrições ao comércio” (Bernstein, 2001, p. 74, tradução nossa²⁸).

A Declaração é composta por vinte e sete princípios. Nem todos os princípios tratam diretamente do liberalismo econômico. São princípios que se referem à promoção da paz, ao acesso a informação, à participação democrática, aos direitos humanos e ao conhecimento científico. Entretanto, aqueles que fazem referência à relação entre meio ambiente e economia, fazem-no de forma a privilegiar o pensamento liberal. Esse direcionamento está implícito já no primeiro artigo da Declaração, que estipula uma visão antropocêntrica da questão ambiental, segundo o qual “o homem está no centro das preocupações do desenvolvimento sustentável” (ONU, 1992), desconsiderando o caráter essencialmente predatório da relação do homem com natureza ou de que a própria natureza pudesse ser sujeita de direitos. Já o artigo doze da Declaração é explícito em sua defesa da economia liberal:

“Os Estados devem cooperar na promoção de um sistema econômico internacional aberto e favorável, propício ao crescimento econômico e ao desenvolvimento sustentável em todos os países, de forma a possibilitar o tratamento mais adequado dos problemas da degradação ambiental. As medidas de política comercial para fins ambientais não devem constituir um meio de discriminação arbitrária ou injustificável, ou uma restrição disfarçada ao comércio internacional. Devem ser evitadas ações unilaterais para o tratamento dos desafios internacionais fora da jurisdição do país importador. As medidas internacionais relativas a problemas ambientais transfronteiriços ou globais deve, na medida do possível, basear-se no consenso internacional”.(ONU, 1992, grifo nosso)

Na esteira do princípio doze, podemos citar ainda os princípios dois, três e quatro. O princípio segundo da Declaração estabelece a soberania dos Estados em explorar seus recursos naturais em consonância com suas políticas ambientais e de desenvolvimento. O princípio terceiro coloca que o direito ao desenvolvimento deve ser exercido de modo a permitir que sejam atendidas equitativamente as necessidades de desenvolvimento e de meio ambiente das gerações presentes e futuras. Já o quarto estabelece que a

²⁸“Reading the Declaration as a whole makes clear that developmental policies mean liberal economic and growth-oriented policies, and that environmental concerns ought not to limit a state’s ability to pursue such policies by, for example, imposing trade restrictions based on environmental concerns.”

proteção ambiental como parte integrante do desenvolvimento: “para alcançar o desenvolvimento sustentável, a proteção ambiental constituirá parte integrante do processo de desenvolvimento e não pode ser considerada isoladamente deste” (ONU, 1989). Há ainda um grupo de princípios que tratam da internacionalização dos custos ambientais, por meio do PPP e do uso de instrumentos econômicos, sem que haja distorções no comércio e nos investimentos internacionais.

A primazia do viés econômico liberal também é observada no modo como a Eco-92 definiu os meios de financiamento da Agenda 21. Os países do Sul propuseram a criação de um “fundo verde” para financiar especificamente a Agenda 21. Já o PNUMA, juntamente com o Secretariado da Conferência, propôs a duplicação dos fundos de Assistência Oficial para o Desenvolvimento (ODA) e alívio das dívidas. Ambas as propostas, entretanto, foram rechaçadas pelos “países doadores”. Ao final, ficou acordado que o financiamento ocorreria no âmbito do Banco Mundial, por meio de um fundo chamado de “Global Environmental Facility” – GEF, que havia sido recentemente criado pelo Banco²⁹. A abordagem em relação às convenções globais sobre clima e biodiversidade, entretanto, foi diferente. Os “países doadores” comprometeram-se a prover recursos novos e adicionais para a implementação dos respectivos programas.

Segundo Nobre (2002, p. 67), o debate ambiental sofreu uma ruptura que estabeleceu uma divisão entre negociações de acordos ambientais globais e negociações referentes à implementação de projetos de desenvolvimento sustentável de âmbito nacional, especialmente a Agenda 21. Para o autor, com essa divisão, o desenvolvimento sustentável perdeu o caráter “totalizante que o marcou desde o seu nascimento, ou seja, a característica de ser um cruzamento de ações que caberia a ele concatenar e dirigir”. Com essa separação, os países reunidos na Conferência optam em lidar com questões pontuais relativas à problemática ambiental, abandonando o caráter “totalizante” do desenvolvimento sustentável, tal como proposto por Brundtland. A “eleição”

²⁹O GEF foi estabelecido em 1991 pelo Banco Mundial. Posteriormente, o Banco associou-se ao PNUMA e ao PNDU, na administração do Fundo. Ao longo dos anos, o GED tornou-se o principal responsável, no âmbito multilateral, pelo financiamento dos acordos ambientais globais e pela distribuição de recursos vinculados às iniciativas acordadas na Conferência Eco-92. (Bernstein, 2001, p. 74)

de determinados temas, portanto, foi um dos resultados mais visíveis da Conferência.

Outro resultado significativo da fragmentação dos temas da Conferência advém da escolha do Banco Mundial, por meio do fundo GEF, para coordenar os programas de desenvolvimento sustentável decorrentes dos acordos da Conferência. Segundo Nobre (2002, p. 68), “o Banco Mundial passa a ter a hegemonia na fixação de parâmetro de financiamento, auditoria e controle dos projetos em escala planetária”. Os critérios do Banco Mundial tornaram-se referência para as demais instituições, estabelecendo assim um padrão global. A hegemonia do Banco Mundial determinou ainda “a prevalência da teoria econômica ambiental de extração neoclássica na determinação do que seja o desenvolvimento sustentável” (Nobre, 2002, p. 68, grifo nosso).

De acordo com Bernstein (2001, p.74), a partir da publicação do Relatório Brundtland, o Banco passou por um conjunto de reformas internas no intuito de que suas iniciativas para o desenvolvimento passassem a considerar preocupações com a proteção ao meio ambiente. Essas transformações são observadas no relatório **World Development Report** (Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial), publicado pelo Banco em 1992, segundo o qual é possível haver crescimento econômico sem a deterioração do meio ambiente, desde que políticas adequadas fossem implementadas. De acordo com o Relatório, essas políticas deveriam ser “market-friendly” (“amigáveis ao mercado”), a começar pela remoção de “subsídios que encorajam o uso excessivo de combustível fóssil, irrigação de água, pesticidas e excessiva exploração florestal” e, também, pela garantia ao direito à propriedade. Ainda segundo Bernstein, “ambas as políticas essencialmente apoiavam o PPP na tentativa de internalizar o custo ambiental por meio da eliminação de subsídios e garantia ao direito de propriedade” (Bernstein, 2001, p.76, tradução nossa³⁰).

Dez anos após a Rio-92, as Nações Unidas realizaram a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (CMDS), conhecida como Rio+10, na cidade de Johannesburgo, na África do Sul, para analisar os resultados alcançados e indicar instrumentos necessários para a implementação dos compromissos firmados no Rio de Janeiro. Em 2012, dez anos após a Rio+10

³⁰ “These two policies essentially supported the Polluter Pays Principle in that they attempted to internalize environmental costs by eliminating subsidies and clarifying property rights.”

e vinte anos após a Eco-92, as Nações Unidas seguiu a tradição e realizou a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (CNUDS), conhecida como Rio+20, novamente na cidade do Rio de Janeiro, Brasil, no ano de 2012. O propósito da Conferência foi a renovação do compromisso político com o desenvolvimento sustentável, avaliação do progresso e das lacunas na implementação da agenda ambiental, bem como a discussão temas novos e emergentes. Durante esses dez anos também foram realizados inúmeros encontro multilaterais, promovidos pelo sistema ONU, para discutir os regimes ambientais instituídos pela Eco-92, como mudanças climáticas, biodiversidade e desertificação.

Ao longo de vinte anos, tanto a Rio+10 quanto a Rio+20 promoveram o CDS, tal como essencialmente ajustado pela Eco-92, como o instrumento mais adequado para lidar com os problemas ambientais. Suscitado pela emergência da crise ambiental, esse processo de ressignificação do CD por meio da ascensão do CDS indica houve transformações na relação do homem com a natureza durante o século XX. Essas transformações tendem a continuar. E os resultados são imprevisíveis. O CDS ilustra nesse sentido um preceito bastante caro à teoria de Koselleck, segundo o qual, com o advento da modernidade, os conceitos são muitas vezes formulados primeiramente em linguagem para posteriormente serem conquistados, indicando a exigência de realização futura contida nelas.

Levando-se em consideração de que se trata de um processo recente, o que dificulta uma avaliação mais consistente sobre o passado, podemos arguir, como hipótese teórica, que o CDS tal como institucionalizado pela Conferência Eco-92 reflete uma abordagem de pensamento que pode ser denominada de modernização ecológica. Em termos gerais, essa abordagem supõe ser possível um alinhamento em torno de meio ambiente, crescimento econômico e ganhos sociais, sem que sejam necessárias mudanças estruturais no sistema capitalista. Segundo esse pensamento, as dinâmicas sociais sinalizam mudanças nas instituições e nas práticas cotidianas em razão de preocupações ambientais, o que significa que os processos econômicos têm sido gradativamente orientados pelo ponto de vista das necessidades ecológicas.

3.4 O Desenvolvimento Sustentável e a Modernização Ecológica

No mundo das ideias, conceito de moderno retrata uma sociedade que se recusa a viver segundo cânones tradicionais e busca o progresso. O termo é associado à sociedade industrial que surgiu na Europa Ocidental. Nesse sentido, desenvolvimento e modernidade possuem uma raiz comum. Ambos os conceitos encerram a promessa de transformação e de avanço. O primeiro constitui-se na materialização do segundo. Esse vínculo entre desenvolvimento e modernidade não sofreu ruptura contundente com a emergência da crise ambiental. Ele adaptou-se. Confrontados com a degradação ambiental, tanto a modernidade quanto o desenvolvimento ganharam adjetivações. O primeiro ganhou “ecológica”, enquanto o segundo ganhou “sustentável”. Ambos os conceitos passaram então a retratar, também, um *ethos* comportamental em relação à natureza.

Tal como o CD esteve associado à modernidade, o CDS está associado à modernização ecológica. É como se tivesse havido uma evolução conceitual em razão do surgimento da problemática ambiental. Essa possível evolução conceitual, entretanto, não alterou o fato de que ambas as associações semânticas versam essencialmente sobre o funcionamento do sistema econômico capitalista. Entre o CD, surgido no pós-Segunda Guerra Mundial, e o CDS, gestado na década de 1970, o capitalismo sofreu significativas mudanças, entre as quais a alternância do paradigma keynesiano para liberal. Nesse sentido, parece-nos razoável associar o CDS à modernização ecológica, mediado pela emergência do liberalismo econômico.

De modo geral, podemos definir a modernização ecológica como uma teoria em torno do qual giram práticas e discursos, que reconhece o caráter estrutural da crise ambiental, mas que assume ser possível contorná-la por meio das instituições políticas, econômicas e sociais da Modernidade. Trata-se da “modernização da própria modernidade”, por meio do reparo de uma de suas consequências estruturais: a destruição da natureza (Olivieri, 2008, p.36).

A modernização ecológica centra-se na ideia de que a industrialização, o desenvolvimento tecnológico e o crescimento econômico não somente são compatíveis com a proteção ambiental, como também são fomentadores da reforma ambiental necessária. A principal hipótese é que o capitalismo é um

sistema econômico flexível, capaz de direcionar seus mecanismos para a sustentabilidade. Segundo Moll, a modernização ecológica assenta-se numa perspectiva positiva do sistema capitalista:

A intrínseca competição entre capitais pode, sobre determinadas condições políticas, realizar a constituição de uma nova estrutura orientada para a promoção de processos produtivos menos poluidores e mais eficientes sob o ponto de vista ecológico, além de práticas de consumos mais conscientes. (Moll, s.d., pp. 94-95)

Para a modernização ecológica, o sistema produtivo pode ser reestruturado e reorganizado, por meio de um processo em que a “racionalidade ecológica” influencie a hegemonia econômica. A ênfase desta proposição está em “economizar a ecologia e ecologizar a economia”, por meio de uma série de transformações institucionais, as quais permitirão o funcionamento do sistema capitalista por métodos mais ambientalmente responsáveis.

Nesse processo de reestruturação, os atores econômicos, juntamente com os mecanismos de mercado, desempenham papel prioritário, enquanto o Estado desloca-se de uma ação de comando e controle para uma de “construção de normativas negociadas”, a fim de criar condições favoráveis para direcionar e, assim, facilitar o referido processo. Nesse contexto, a ciência e a tecnologia modernas permanecem determinantes, além da sociedade civil, que passa da condição de contestador do sistema para a de mediador (Olivieri, 2008, pp.39-40).

As principais críticas à modernização ecológica decorrem do fato de que ela parece adequar os problemas ambientais às necessidades do mercado capitalista, sem conceber as relações de poder entre os principais atores e sem dar a devido relevo aos contextos sociais e aos questionamentos éticos, inerentes à questão ambiental, tirando-lhe o seu caráter conflituoso. Para Maurício Amazonas (2002 p. 142), a economia neoclássica ou liberal é baseada numa ética utilitarista-individualista, que não encontra correspondência com a razão ética da perpetuidade do CDS. Segundo ele, mais do que não correspondentes, essas duas formas de racionalidade são antagônicas, já que variáveis ambientais extrapolam a dimensão econômica e não são passíveis de serem expressas apenas em valores monetários ou em preferências do consumidor.

Ao comparar a teoria da modernização ecológica com o CDS, observa-se que o primeiro está centrado na relação entre economia e meio ambiente, cujo arcabouço teórico parece não contemplar a questão ambiental como um campo de disputa entre diferentes grupos sociais, com diferentes interesses e com distintos mecanismos de ação. O CDS, por sua vez, é formado pela aglutinação gradativa da questão social e da questão ambiental no âmbito da metáfora do desenvolvimento como desencadeador da almejada modernidade. Além de possuir um espoco mais diversificado que relaciona em seu bojo justiça social, qualidade ambiental e crescimento econômico, o CDS é marcado pelas disputas entre os diversos atores, que encontram nas conferências da ONU para o meio ambiente um momento decisivo para conquistar vitórias e evitar perdas.

Ao dar ênfase ao liberalismo econômico, a Conferência Eco-92 fez com que o CDS aproximasse da teoria da modernização ecológica, segundo a qual a solução dos problemas ambientais deve ser encontrada a partir de mecanismos econômicos. Essa aproximação parece ter conferido ao CDS novos significados e temporalidades, naquilo que Koselleck (2006, p.115) define como “a estratificação dos significados de um mesmo conceito em épocas diferentes”³¹.

Essa estratificação fica ainda mais evidente diante do surgimento da expressão “economia verde”, no âmbito da Conferência Rio+20, realizada em 2012, que diz respeito justamente à adaptação do sistema produtivo e de consumo às demandas ambientais. Em assim sendo, o CDS que surge com a Conferência presume a possibilidade de contínua e indefinida acumulação de lucros. Não prevê limites à expansão econômica. Embora comungue com a justiça social, o CDS ignora o fato de que o sistema capitalista possui uma estrutura intrinsecamente desigual, expressa na apropriação dos meios de produção, na divisão de trabalho e na hierarquização (Vizeu *et al*, 2012, p. 580).

³¹Nas palavras de Koselleck (2006, p. 115), “a história dos conceitos põe em evidência, portanto, a estratificação dos significados de um mesmo conceito em épocas diferentes [...]”. Uma vez cunhado, o conceito passa a apresentar uma diversidade de significados e temporalidades, na medida em que transcorre o tempo histórico”.

CONCLUSÃO

A Modernidade trouxe consigo um conjunto de valores e afirmações sobre a vida humana. O termo moderno remete precipuamente à recusa de viver segundo cânones tradicionais. Valoriza a inovação e a mudança. Entende que a sociedade progride em direção a um futuro melhor. Em termos fáticos, a modernidade corresponde à sociedade industrial que surgiu com a Revolução Industrial e a Revolução Francesa e cuja organização social formou-se em torno do Estado-nação. É corolário da Modernidade o conceito de desenvolvimento, que emergiu no período posterior à Segunda Guerra Mundial, como uma estratégia dos Estados Unidos para a expansão do sistema econômico capitalista.

Ao longo do século XX, apesar dos desgastes, o CD não perdeu a “força imaginativa”. Mesmo diante de inúmeras críticas, o conceito ainda mobiliza a esperança de superação de problemas como pobreza e desigualdade e, agora, de proteção ambiental, nem que para isso tenha sido necessário a sua adjetivação em “sustentável”. A ideia de sustentabilidade decorre dos efeitos nocivos da Modernidade sobre a natureza. Com o advento da era moderna, a natureza adquiriu um caráter utilitarista, em que ela é vista como um recurso para se alcançar um fim. Com a “dessacralização” da natureza, conforme palavras do ambientalista e estudioso Porto-Gonçalves, não tardou aparecer os resultados nocivos, como a poluição, degradação de ecossistemas, extinção de espécies, mudanças climáticas, lixo tóxico, destruição da camada de ozônio.

A história do CDS é a história de uma “luta semântica” em torno de significados e práticas. Não se trata de uma questão técnica, mas essencialmente política, que em última instância diz respeito às formas de apropriação dos recursos naturais e aos arranjos de poder que lhe dão suporte. O conceito, deliberadamente vago e impreciso, pressupõe ser possível conciliar proteção ambiental, crescimento econômico e justiça social. Com a Conferência Eco-92, o conceito passou a afirmar que a sustentabilidade ambiental é economicamente possível e que as dinâmicas da economia de mercado, juntamente com a inovação tecnológica, possuem um papel de liderança na reversão dos efeitos deletérios do sistema capitalista sobre o meio

ambiente. Essa abordagem tem sido comumente identificada de “modernização ecológica”.

Embora em constante transformação, o CDS possui um caráter profundamente conservador, tanto quanto narrativa, quanto como prática de poder, segundo o qual é possível solucionar os problemas ambientais a partir de mecanismos inerentes ao funcionamento do sistema capitalista sobretudo aqueles que favorecem o mercado livre. O capitalismo não é questionado pelo conceito, que nega a possibilidade de que de seja o próprio sistema que esteja gerando a destruição ecológica que coloca a biosfera em perigo. Nesse sentido, refuta a verossimilhança de que a crise ambiental possa ser uma crise do sistema capitalista, que, ao apontar para a finitude dos recursos naturais, aponta também para os limites absolutos do sistema do capital.

Ao final, fica o questionamento sobre a capacidade de as instituições da Modernidade e de seus respectivos conceitos de atender os requisitos necessários para uma “reestruturação ecológica” da sociedade, que vença os desafios colocados pelo meio ambiente. Para alguns estudiosos, sobretudo os que se filiam à teoria da modernização ecológica, esse processo já começou e tende a aprofundar. Para outros, como aqueles que se apóiam no marxismo, é preciso ir muito além. É necessária uma significativa e profunda mudança de paradigmas em relação aos princípios fundamentais do sistema capitalista. Entre esta e aquela alternativa, a sociedade aparentemente tem optado pela “modernização da modernidade”, encapsulada pelo conceito de desenvolvimento sustentável.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA

AMARO, Rogério Roque. **Desenvolvimento - Um conceito ultrapassado ou em renovação? Da teoria à prática e da prática à teoria.** Disponível em : <<https://cea.revues.org/1573>> Acesso em : 23 set 2016

BARROS-PLATIAU, Ana Flávia. **O Brasil na Governança das Grandes Questões Ambientais Contemporâneas** in Texto para Discussão n. 1618 do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Brasília:IPEA, 2011

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Desenvolvimento, Progresso e Crescimento Econômico.** Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/ln/n93/03.pdf>> Acesso em: 02 jul 2016

BERNSTEIN, Steven. **The Compromise of the Liberal Environmentalism.** New York: Columbia University Press, 2001

BRYANT, Raymond L., BRAILEY, Sinéad. **Third World Political Ecology: An Introduction.** Londres: Routledge, 1997

CMMAD – Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Relatório Nosso Futuro Comum.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

CORRÊA DO LAGO, André Aranha. **Estocolmo, Rio, Joanesburgo. O Brasil e as Três Conferências Ambientais Das Nações Unidas.** Rio de Janeiro: Fundação Alexandre Gusmão, 2006

ESCOBAR, Arturo. Planejamento. In, SACHS, Wolfgang. **Dicionário do Desenvolvimento: Guia para o conhecimento como poder.** Petrópolis: Vozes, 2000

ESTEVA, Gustavo. Desenvolvimento. In, SACHS, Wolfgang. **Dicionário do Desenvolvimento: Guia para o conhecimento como poder.** Petrópolis: Vozes, 2000

FERNANDES, Cláudio Tadeu. **Crítica da Modernidade: Breves Reflexões de Anthony Giddens, Immanuel Wallerstein, David Harvey, Milton Santos e Edgar Morim.** Disponível em: <http://docslide.com.br/documents/a-critica-da-modernidade-reflexoes-giddens-wallerstein-e-outros.html>, Acesso em: 10 mar 2016.

FONSECA, Igor Ferraz. Bursztyn, Marcel. **Mercadores de moralidade: a retórica ambientalista e a prática do desenvolvimento sustentável.**

Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2007000200013> Acesso em: 23 set 2016

FREITAS, Rosana de Carvalho. NUNES, Letícia. NÉLSIS, Camila. **A crítica Marxista ao**

Desenvolvimento (In)sustentável. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rk/v15n1/a04v15n1>> Acesso em 09 ago. 2015.

FURTADO, Celso. **O Mito do Desenvolvimento Econômico**, São Paulo: Paz e Terra, 1974

_____. **Pequena Introdução ao Desenvolvimento**, São Paulo: Paz e Terra, 1980

GAIO, Gêssica Góes Guimarães. **Sattelzeit: Modernidade e História.** In Revista Brasileira de História & Ciências Sociais. Volume 1, número 2 Disponível em: [file:///C:/Users/CHIARA/Documents/Downloads/25-51-1-SM%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/CHIARA/Documents/Downloads/25-51-1-SM%20(1).pdf) Acesso em: 23 set 2016

GUIVANT, Julia S. **A Teoria da Sociedade de Risco de Ulrich Beck: entre o Diagnóstico e a Profecia** in Estudos Sociedade e Agricultura Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/dezesseis/julia16.htm> Acesso em: 29 set 2016

GONÇALVES, Carlos Walter Porto **Os Descaminhos do Meio Ambiente.** São Paulo: Editora Contexto, 2006

HARDIN, G. **The Tragedy of the Commons.** Science, n. 162, 1968

HOUAISS, Antonio et al. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.** Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2201

HOBSBAWM, Eric (1975). **A Era do Capital: 1848-1875.** Rio de Janeiro: Paz e Terra

KOSELLECK, Reinhart. **Uma História dos Conceitos: Problemas Teóricos e Práticos.** Disponível em <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1945/1084>>. Acesso em: 14 mar. 2016.

_____. **Futuro Passado: Contribuição à Semântica dos Tempos Históricos.** Rio de Janeiro: Contraponto/Editora PUC-Rio, 2006.

KNUTSSON, Benjamin . **The Intellectual History of Development – Towards a Widening Potentail Repertoire.** Disponível em: <http://www.gu.se/digitalAssets/1272/1272997_Perspectives_13.pdf> Acesso em: 06 jul. 2016

LÉLÉ, S. **Sustainable Development: A Critical Review**. World Development, v.19, n.06. Disponível em: <https://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/333429/mod_resource/content/1/exto_1pdf> Acesso em: 26 set.2016

MACHADO, V. de F. **A produção do discurso do desenvolvimento sustentável: de Estocolmo a Rio 92**. Brasília, 2005. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília

MCCORMICK, J. **Rumo ao Paraíso: A História do Movimento Ambientalista**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1992.

MEADOWS, D. et al. **Os Limites do Crescimento**. São Paulo: Perspectiva, 1972

MALUF, Renato S. **Atribuindo sentido(s) à Noção de Desenvolvimento Econômico** in Estudos Sociedade e Agricultura, Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/quinze/maluf15.htm>> Acesso em: 09 mar. 2016

MOLL, Arthur P.J. **Ecological Modernization and the Global Economy**. Disponível em: <<http://www.vedegylet.hu/okopolitika/Mol%20-%20Ecological%20Modernization.pdf>> Acesso em: 23 set. 2016

OIVIERI, Alejandro Gabriel, **A Teoria da Modernização Ecológica e a Mudança Climática** in Revista Processus de Estudos de Gestão, Jurídicos e Financeiros. Disponível em: <<http://institutoprocesso.com.br/2012/wp-content/uploads/2012/07/5%C2%BA-artigo-Alejandro-Olivieri.pdf>> Acesso em: 10 jan. 2017

NISBET, Robert. **A História da Ideia de Progresso**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1985.

_____. **Social Change and History. Aspects of the Western Theory of Development** Oxford: Oxford University Press, 1969

NOBRE, M.; AMAZONAS, M. (Org.) **Desenvolvimento Sustentável: A Institucionalização de Um Conceito**. Brasília: Ed. Ibama, 2002.

OLIVEIRA, Leandro Dias. **Rio+20: Reflexões sobre Geopolítica e Ideologia** in Revista Brasileira de Geografia Econômica. Disponível em: <https://espacoeconomia.revues.org/854>. Acesso em: 16. jun. 2016

O'NEILL, KATE. **The Environment and International Relations**. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2009

PALTI, Elías. **Introducción** in Reinhart Kosellec. **Los Estrados del Tiempo: Estudios Sobre La Historia**. 2006

PEREIRA, Luisa Rauter. **A História e o Diálogo que Somos: A Historiografia de Reinhart Koselleck e a Hermenêutica de Hans-Georg Gadamer**. Rio de Janeiro, 2004. Tese (Mestrado em História). Centro de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC/Rio

PROTO, Leonardo Vinícius Parreira. **História dos Conceitos: Fundamento Teórico- Metodológico para Construção da Historiografia** *in* Revista Espaço Acadêmico Disponível em: <<http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico>> Acesso em: 02 jun 2016

RAHNEMA, Majid. **Pobreza**. *in* SACHS, Wolfgang. **Dicionário do Desenvolvimento: Guia para o Conhecimento como Poder**. Petrópolis: Vozes, 2000

RADOMSKY, Guilherme Francisco. **Desenvolvimento, Pós-estruturalismo e Pós-desenvolvimento: A Crítica da Modernidade e a Emergência de “Modernidades”** *in* Revista Brasileira de Ciências Sociais. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v26n75/09.pdf>> Acesso em: 18 ago. 2016

SACHS, Wolfgan. **Dicionário do Desenvolvimento: Guia para o Conhecimento como Poder**. Petrópolis: Vozes, 2000

SOBRINHO, Carlos Aurélio. **Desenvolvimento Sustentável: Uma Análise a partir do Relatório Brundtland**. Marília, 2008. Tese (Mestrado em Ciências Sociais) - Faculdade de Filosofia e Ciências. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho.

TRUMAN, Herry. Discurso VIÉGAZ, Rodrigo Nuñez. **Conflitos ambientais e Lutas Materiais e Simbólicas** *in* Revista do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Federal do Paraná. Disponível em: <http://revistas.ufpr.br/made/article/view/13564>. Acesso em: 01 jan. 2017

VIZEU, Flávio. KANASHIRO, Francis. SEIFERT, René Eugênio. **Por Uma Crítica ao Conceito de Desenvolvimento Sustentável** *in* Cadernos. EBAPE.BR. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cadernosebape/article/view/5480/420> 2. Acesso em: 12 set. 2016

WEBBER, Max. **Ensaio de Sociologia**. Rio de Janeiro: Editora LTC Fernandes, 1982.

VIOLA, Eduardo. FRANCHINI, Matías. **Os Limiares Planetários, a Rio+20 e o Papel do Brasil** *in* Cadernos EBAPE.BR. Disponível

em:<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cadernosebape/article/view/5475/4197>Acesso em: 01 jan. 2017